


**JORGE ATÍLIO SILVA IULIANELLI (Org)**

# CONTRIBUIÇÕES ECUMÊNICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TRANSFORMADOR



**Rio de Janeiro  
2009**



 Contribuições ecumênicas para o desenvolvimento transformador  
É permitida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios, sem autorização  
prévia dos organizadores, com a condição de ser mencionada a fonte.

**ORGANIZADOR**

Jorge Atílio Silva Iulianelli

**CO-EDITOR**

Andréa Carvalho de Oliveira

**EQUIPE DE REDAÇÃO E REVISÃO**

Márcia Evangelista

Jorge Atílio Silva Iulianelli

Andréa Carvalho de Oliveira

**CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Editora Fonte Viva

**FOTOS**

Márcia Evangelista

**IMPRESSÃO GRÁFICA**

Editora Fonte Viva

**APOIO:**

Cese - Coordenadoria Ecumênica de Serviço

**REALIZAÇÃO:**

KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviços

Rua Santa Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro

Tel: 55-21 3042-6445 - Fax: 55-21 3042-6398

Iulianelli, Jorge Atílio Silva (org)

Contribuições ecumênicas para o desenvolvimento transformador  
Jorge Atílio Silva Iulianelli - Rio de Janeiro: KOINONIA - Presença  
Ecumênica e Serviço, 2009.

112 p.; 14 cm x 21 cm

ISBN 978-85-99416-06-8

1. Iulianelli, Jorge Atílio Silva. 2. Desenvolvimento Transformador.  
3. Ecumenismo. 4. Direitos Humanos I. Título.

CDD 280.042 (versão 1.10 CD)

# Sumário

Apresentação .....	5
Sobre ecumenismo, desenvolvimento transformador e solidariedades – um ensaio filosófico-teológico - .....	8
I. Um olhar conjuntural .....	12
II. E o que se entende por desenvolvimento transformador? .....	27
III. De qual ecumenismo falamos para promover direitos e desenvolvimento transformador?.....	31
Notas sobre o estudo bíblico.....	37
Direitos e desenvolvimento transformador a partir da solidariedade.....	40
Os Direitos Camponeses: um olhar a partir do sertão nordestino .....	41
Direitos de Juventude e ecumenismo: a experiência da Reju.....	44
Direitos das Comunidades Negras Tradicionais – direito ao reconhecimento.....	46
Superação das intolerâncias e desenvolvimento transformador.....	55
Candomblé: religião de amor ameaçada pelos desamores.....	56
Do estigma que gera intolerância, das dores que a vida traz.....	61
Superando o paradigma da competição: a experiência do FE Brasil.....	63
Diálogo com os movimentos de superação das intolerâncias.....	68
Cooperação Internacional e desenvolvimento transformador .....	82
Desafios da Cooperação Ecumênica em tempos de crise ou gerando oportunidades .....	83
Cooperação ecumênica: velhas e novas questões .....	89
Diálogos com promotores da solidariedade ecumênica .....	95
Participantes .....	104
Cronologia: 15 Anos de KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço.....	106
Referências Bibliográficas .....	112

## Apresentação

Este livro é uma das formas de agradecimento de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço pelos seus primeiros quinze anos de existência. Nossa história é marcada pelo sonho-desejo de um novo mundo possível, para todas e todos, com novas relações de poder, novas formas de relações de produção, nas quais existam liberdade e justiça. É uma história que participa dos rios, igarapés e mananciais do movimento ecumênico em todo o mundo, e em particular no Brasil. Nossas andanças, que se remontam ao CEI - Centro Evangélico de Informação (1962) e depois ao Cedi - Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1974), chegou a essa nossa KOINONIA (1994).

Para agradecer precisamos estar em comunidade. Esta nossa comunidade é ampliada agora com você, leitora e leitor, que poderá apreciar um pouco de como, para nós, o ecumenismo deve fortalecer nossa perspectiva de solidariedade, desenvolvimento transformador e construção da justiça socioambiental. Somos todas e todos bendizentes das bondades que o Eterno nos tem concedido, dos desafios que o mundo nos tem proposto, e das respostas criativas que as comunidades de crença têm construído como núcleos de referência de valores, como reserva ética da ação cidadã.

As conversas que serão lidas aqui foram tramadas e apreciadas durante Seminário realizado na Assembleia de KOINONIA, em São José dos Campos, São Paulo, no dia 02 de agosto de 2009.

Ao mesmo tempo precisamos estar atentos e fortes, sempre. Neste sentido, compartilhamos com essa publicação uma oportunidade ímpar. Trata-se de três rodas de diálogo sobre as contribuições ecumênicas para o desenvolvimento transformador e a promoção dos direitos humanos. São registros de ações sociais transformadoras em diferentes áreas. No campo das novas visões de direitos humanos temos as experiências camponesas, em especial o universo camponês sertanejo e um de seus atores históricos mais relevantes, o Pólo Sindical

das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. Outro campo inovador na sociedade brasileira é o da conquista dos direitos dos remanescentes de quilombos, dos quais trazemos informações sobre as tensões mais recentes. Ainda nesta seara temos as ações em favor dos direitos da juventude, e de como aninhamos uma rede ecumênica da juventude em favor dos direitos juvenis. Temos aqui um relato dos passos desse processo de articulação e de suas contribuições significativas.

Um outro campo é o das ações sociais para a superação das intolerâncias. Uma experiência fundamental, a partir da realidade brasileira, é o da afirmação dos direitos e do papel protagonista, como agente de desenvolvimento local, das comunidades religiosas de matriz africana. Neste sentido, apresentamos uma reflexão realizada por uma Yalorixá sobre a questão da intolerância religiosa e seus efeitos sociais. Uma outra questão, que pode ser até mesmo um entrave ao desenvolvimento transformador, é a intolerância existente nas Igrejas cristãs quanto às pessoas HIV positivas. Sobre este tema apresentamos a reflexão de uma multiplicadora do programa Saúde e Direitos, de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, de origem pentecostal, e que traz questões relevantes sobre o tema. Finalmente, neste mesmo campo semântico, temos a reflexão sobre o paradigma cooperativo nas relações ecumênicas nacionais, como um caminho para fortalecimento das lutas contra todas as intolerâncias, a partir da experiência do FE Brasil - Fórum Ecumênico do Brasil.

Finalmente, não poderíamos fazer uma reflexão sobre os processos de promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento transformador, a partir de nosso carisma ecumênico, sem refletir sobre a cooperação ecumênica. Isto é feito a partir de duas contribuições muito significativas: os olhares de Christian AID<sup>1</sup> e da Cese<sup>2</sup> - Coordenadoria Ecumênica de Serviços, sobre este papel mobilizador que organismos ecumênicos podem e devem ter. A questão fundamental que nos

<sup>1</sup>Saiba mais sobre Christian AID em: <http://www.christianaid.org.uk/>

<sup>2</sup>Saiba mais sobre Cese - Coordenadoria Ecumênica de Serviços: [www.cese.org.br](http://www.cese.org.br)

orientou nesta reflexão são as possibilidades e os entraves para a cooperação ecumênica ao desenvolvimento transformador e promoção dos direitos humanos.

Estas três rodas de diálogo estavam vinculadas a uma visão espiritual de mundo. Nossa perspectiva é que a fé, religiosa ou não, é um elemento fundamental em nossas opções por projetos de vida. A perspectiva ecumênica alimenta um modo de ser que corresponde ao compromisso efetivo, ao amor solidário, ao empenho transformador das injustiças em justiça, das subordinações em libertação. Neste 15 anos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, nossos esforços buscaram demonstrar que é possível sonhar e agir para novos mundos possíveis, novas configurações da sociedade brasileira possíveis, novas configurações das relações sociais, de produção e com o meio ambiente. Os cinco atuais programas de KOINONIA têm esse carisma: Ecumenismo, Diálogo e Formação; Egbé - Territórios Negros; Saúde e Direitos; Trabalhadores Rurais e Direitos e Redes Ecumênicas e da Sociedade Civil. Esperamos, também por meio dessa publicação, contribuir para o debate público em favor da promoção do desenvolvimento transformador e dos direitos humanos.



## **Sobre ecumenismo, desenvolvimento transformador e solidariedades – um ensaio filosófico-teológico – por Jorge Atílio Silva Iulianelli<sup>3</sup>**

O mundo pós 11 de setembro de 2001 é outro. A crise das políticas redistributivas, que era alimentada pela doutrina do Estado do Bem-Estar Social, e que retroalimentou o discurso sobre a globalização neoliberal, sucumbiu aos golpes da crise financeira mundial que se alastrou nos últimos cinco anos. A legitimação do modelo belicizante, da guerra justa (ou santa?) esvaziou-se. O modelo de desenvolvimento que alimentou todo este estado de coisas, que já vinha sendo questionado por meio das políticas de reconhecimento – que questionavam o caráter de apartação social conduzido por aquele modelo neoliberalizante – adicionava-se à crítica ecológica – que registrava os limites sistêmicos do modo de produção capitalista autofágico e eliminador da possibilidade de modos de vida compatíveis com alguma espécie de cuidado com o meio ambiente.

Neste cenário, sociedades como a brasileira viu o aprofundamento de alguns paradoxos. Dentre outros, destacamos três deles. O primeiro é entre o dilema da necessidade de ampliação da produção da riqueza social, compatibilizado com o cuidado com o meio ambiente. Em que bases assentar modelos de desenvolvimento que permitam a produção e reprodução da vida de todas e todos, cuidando da sustentabilidade ambiental e assegurando modos de vida justos para as gerações futuras (e para a presente)? Um outro, é o paradoxo da segurança humana que se vê cercada por políticas públicas de segurança militarizadas e criminalizantes (das classes populares, dos movimentos sociais e de defensoras e defensores de direitos). Como assegurar mecanismos de coesão social – sem entrar no mérito da discussão sobre o tema – que sejam alimentadores de experiências de solidariedade, ao invés de reforçar as lógicas da letalidade? Ainda

<sup>3</sup>Doutor em Filosofia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), assessor de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço



mais um paradoxo, o das artimanhas da produção e reprodução social das lógicas de estigmatização, vis à vis os processos de legitimação das identidades, que por vezes se reproduz por meio da condenação das diferenças como elemento ilegítimo. De que forma promover as afirmações das identidades, sem com isso alimentar as lógicas estigmatizantes e formadoras de mentalidade de gueto?

O neoliberalismo, e o assim chamado terrorismo, deram-se as mãos como doutrinas ideológicas. Neste cenário, o desenvolvimento mundial teve índices de crescimento econômico na Ásia acima de 7% ao ano. Em especial a China e a Índia, que tiveram altas taxas de crescimento. Será que, como diz o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, talvez aí, no ingresso de mais pobres no consumo mundial de alimentos esteja uma explicação para a questão alimentar que se prenuncia, mais que na agroenergia? Imanuel Walerstein<sup>4</sup> avalia que a Globalização Neoliberal será interpretada em alguns anos como uma ideologia ultrapassada. Na verdade, diz ele, ela não trouxe nenhuma novidade, era a repetição do velho receituário do controle capitalista do sociometabolismo do Capital.

Porém, o resultado das políticas neoliberais foi o esvaziamento da ideologia de não intervenção econômica do Estado. Ao contrário, passaram a ocorrer mais políticas protecionistas, mais ações estatais de bem-estar social e, também, a recriação e retomada de empresas estatais. Porém, em nada esta alteração de curso ideológico interferiu na concentração de riqueza, poder e conhecimento. Isso mostra que, independente do discurso ideológico, permanecem as estruturas econômicas que sustentam tal fenômeno. O processo de concentração é inerente ao modo de produção Capitalista, tal processo é sustentado pelo desequilíbrio social que constitui. É a desigualdade socioeconômica que assegura o funcionamento da lógica do Capital.

<sup>4</sup>Wallerstein, I. The demise of neoliberal globalization. Disponível em: <http://www.monthlyreview.org/mrzine/wallerstein010208.html>, acessado em 3 de novembro de 2009.

Esta não é exatamente uma lição nova. Efetivamente a lógica do Capital se dirige à destruição da biodiversidade, à expropriação do trabalho humano – que é alienado – e à concentração de riqueza, poder e conhecimento. Em contraposição a essa lógica autodestrutiva emergiram a Democracia e o Socialismo, como possibilidades de organização sociopolítica e econômica. Se é um fato que o povo pobre está comendo mais, como disse o presidente do Brasil (16 de maio de 2008), também é um fato que a desigualdade socioeconômica permanece abissal.

Tudo isso nos faz refletir sobre a impropriedade, ou ao menos sobre o reducionismo economicista, que significa a semântica do combate à pobreza. A pobreza e os pobres não são os inimigos do crescimento econômico e da construção de uma sociabilidade que implique na inclusão de todas e todos. Durante a década de 1990 a semântica dos direitos crescia. Havia até mesmo uma discussão sobre uma abordagem do desenvolvimento a partir dos direitos. No final da década de 1990 o tema dos direitos econômicos, sociais e culturais reaparecia, como uma hermenêutica universalista que poderia provocar uma visão alternativa do desenvolvimento – como dizia, por exemplo, Boaventura de Souza Santos<sup>5</sup>. Porém, essa semântica também foi capturada pelos organismos internacionais e logo encapsulada no Global Compact e na lógica dos Milenium Goals.

Há mesmo a necessidade de uma gramática dos direitos que faça emergir mecanismos de controle social da acumulação e concentração do Capital. Nesse sentido, tão importante quanto uma leitura do desenvolvimento humano, é uma leitura da limitação do enriquecimento humano e da capacidade humana destrutiva do meio ambiente. Por isso, a iniciativa de Agape<sup>6</sup> (Globalização Alternativa dirigida às Pessoas e à Terra), desenvolvida pelo Conselho Mundial de Igrejas, é en-

<sup>5</sup> Santos, B. Souza. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: Souza Santos, B. (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.

<sup>6</sup> Documento de base “Globalização alternativa comprometida com a humanidade e o planeta Terra (AGAPE). Disponível em: [http://www.wcc-assembly.info/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape\\_portuguese.pdf](http://www.wcc-assembly.info/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape_portuguese.pdf)

riquecedora, na medida em que nos convida a revisar a lógica do discurso desenvolvimentista, a reconstruir a lógica da solidariedade e cooperação internacional, identificando mecanismos sociais de controle social do Capital. Ela se une a outras iniciativas que nos exigem repensar nossas práticas sociais e educativas como motivadoras de ações realizadoras da justiça, da liberdade, da paz e do cuidado com toda a criação.

Nesse ensaio desenvolvemos uma argumentação, em parceria com outros processos de diálogo, em favor do desenvolvimento transformador, da mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e de ações sociais promotoras de direitos humanos. A estratégia argumentativa segue os seguintes passos. Primeiro, nos debruçamos sobre a conjuntura brasileira, para compreender a persistência do dilema da desigualdade social e do drama ambiental, não obstante os declamados e efetivos sucessos das políticas sociais e econômicas do governo Lula. Em seguida, observamos como e porque a comunidade ecumênica mundial, como parte dos agentes sociais que pugnam pela realização da justiça socioambiental, propõem uma descrição de desenvolvimento transformador. Finalmente, procuramos observar como projetos ecumênicos podem cooperar na construção da justiça socioambiental em sociedades como a brasileira, por meio da organização, articulação e mobilização de uma diversidade de atores sociais.

## I. Um olhar conjuntural

A crise econômica mundial, iniciada neste quartel do século XXI, mostrou que uma determinada ordenação econômica poderia criar condições de equilíbrio socioeconômico.<sup>7</sup> A aposta do governo Lula para não sucumbir à crise foi a de uma constelação de fatores, dos quais podemos destacar o incentivo fiscal à produção de bens duráveis, a ampliação do crédito para estímulo ao mercado interno e o incentivo à manutenção de exportações para praças não-usuais (como a China, por exemplo). O Brasil superou um ciclo inflacionário que decorria mais de 20 anos, com o estabelecimento de uma política monetária de cunho neoliberal, por meio, dentre outras medidas, do estabelecimento do real (a nova moeda do País, a partir de 1998).

Aquela política econômica permitiu acelerações sucessivas do Produto Interno Bruto (PIB, GNP – em inglês). Com esse indicador se avalia o crescimento da riqueza socialmente produzida no País, na perspectiva do valor da quantidade de bens produzidos e das relações comerciais internacionais estabelecidas. No ano de 2008, estimava-se o PIB brasileiro em mais quase 3 trilhões de reais (aproximadamente 2 trilhões de dólares). O Brasil se encontra entre os 20 maiores exportadores do mundo. Em 2007, exportou USD 160,6 bilhões. O Brasil tem como principal item de exportação o petróleo e outros minérios, além do agronegócio ser um elemento muito significativo dessa pauta. Porém, o Brasil também exporta aviões, produzidos com tecnologia nativa (em 2007 representou USD 3,7 bilhões de dólares). O crescimento contínuo do PIB pode ser apreciado a seguir:<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Esta foi uma crise que se iniciou com a inadimplência da economia dos Estados Unidos. O fato chamarriz foi a crise do sistema financeiro, denunciada com a falência da Lehman Brothers. Ela atingiu todos os mercados, e provou duas coisas: a) que a economia mundializada não é a do reino livre do Capital; e b) que o Estado é o principal agente regulador da economia.

<sup>8</sup> O PIB mundial cresceu em 2008; 3,7%

Ano	Em milhões de reais correntes	Per capita, em reais correntes	Em milhões de dólares estadunidenses correntes	Taxa de variação real no ano
2001	1.198.736,19	6.896,35	509.796,80	1,3%
2002	1.346.027,55	7.630,93	459.379,39	2,7%
2003	1.556.182,11	8.694,47	506.784,16	1,1%
2004	1.766.621,03	9.728,84	603.993,65	5,7%
2005	1.937.598,29	10.519,88	795.924,37	3,2%
2006	2.300.133,20	12.688,04	1.067.600,00	4,0%
2007	2.558.000,00	13.515,00	1.313.098,52	5,7%
2008	2.889.719,00	15.240,00	1.665.839,00	5,1%

*Fonte: Banco Central do Brasil*

Esses investimentos e o crescimento continuado do PIB não foram capazes de eliminar as profundas desigualdades entre as diferentes regiões do Brasil, nem de eliminar o ciclo gerador das desigualdades socioeconômicas, como veremos adiante. De fato, mesmo com o Brasil se afirmando não mais devedor do FMI (Fundo Monetário Internacional), ao contrário, seria credor<sup>9</sup> a concentração de riqueza, identificada por meio do índice Gini, girava ao redor de 0,59 em 2008<sup>10</sup>. Há que considerar que a concentração vem decrescendo desde 2001, segundo o indexador Gini, que passou de 0,64 em 2001 para 0,59 em 2008. Há analistas que consideram que nos próximos anos o Brasil será a 5ª maior economia do mundo. De fato, porém, a maior parte da riqueza socialmente produzida está acumulada. As 5 mil famílias mais ricas do País detêm 40% de todo o PIB. 10% da população mais rica detêm 47,5% do PIB. Ou seja, muito embora exista uma distensão da concentração de riqueza no País, os números absolutos são ainda muito assustadores.

<sup>9</sup> O Ministro Mantega se comprometeu a adquirir USD 10 bilhões do FMI, cf. notícia de 5/10/2009, <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/10/05/e051011234.asp>

<sup>10</sup> O índice de Gini mede a concentração de riqueza em relação ao PIB, quanto mais próximo de 1,0 é maior a concentração. Em 2009, segundo a senadora Ideli Salvati, o índice brasileiro passou a ser de 0,493.

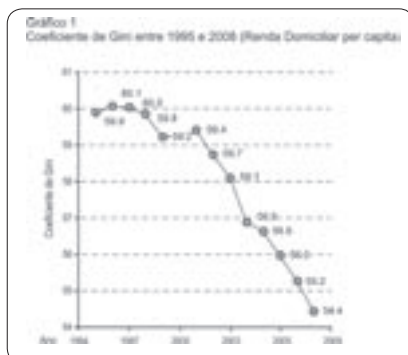
## **Processos de superação do empobrecimento e persistência da desigualdade**

Essa riqueza socialmente produzida é distribuída desigualmente, como vimos. Estes quase oito anos da administração Lula tiveram impactos na diminuição da pobreza no Brasil. De fato, isso ocorre tanto por meio dos programas sociais, como o *Bolsa Família*<sup>11</sup>, quanto pelo incremento que teve para a geração de emprego formal. A massa da população em idade ativa, integrada no mercado de trabalho formal, aumentou significativamente. A trajetória de queda da desigualdade social nas regiões metropolitanas se manteve mesmo no período de auge do impacto da crise financeira, segundo estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

Em junho de 2009, o índice de Gini, que mede a desigualdade, chegou ao menor patamar nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras: 0,493 - 4,1% menor do que o registrado em janeiro (0,514). Essa foi a maior queda registrada em um período de seis meses desde 2002. O Gini vai de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 0, menor a desigualdade. O presidente do Instituto, Marcio Pochmann, avalia que, ao contrário do que ocorreu em outras crises internacionais, a pobreza continuou a cair no Brasil, mesmo após a quebra dos bancos nos Estados Unidos.

---

<sup>11</sup> Programa social de renda mínima, de caráter compensatório, que estabelece uma renda para famílias que possuem renda mensal entre R\$ 60 e R\$ 120. O Bolsa Família tem três pressupostos básicos: alívio imediato da pobreza, reforço do exercício dos direitos à saúde e educação (p.ex. com exigência de frequência dos filhos em idade escolar às classes), e o desenvolvimento das famílias. O programa atende a mais de 11 milhões de famílias em todo o Brasil. Há, porém, problemas no controle social do programa e críticas ao possível caráter assistencialista do mesmo.



Fonte: Ipea, Comunicado da presidência, 30, set. 2009

O Ipea demonstra uma queda constante de Gini a partir de 2002. Porém, o País é um dos mais desiguais da Terra. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>12</sup>, o Brasil, em 2009, permaneceu na 75ª posição, num ranking que avalia 182 países, atrás da Argentina, Chile, Cuba e Uruguai. O IDH brasileiro, no entanto, variou entre 2006 e 2009, respectivamente: 0,794; 0,808; 0,807; 0,813.

As regiões metropolitanas que diminuíram mais rapidamente a taxa de pobreza foram Belo Horizonte (35,5%), Porto Alegre (33,6%) e Rio de Janeiro (31,2%). Quedas menos intensas do que as da média nacional no período (26,8%) foram registradas em São Paulo (25,2%), Salvador (23,9%) e Recife (14,1%). Depois do aumento dos indicadores de pobreza entre agosto de 2002 e abril de 2003, a taxa de pobreza nas metrópoles pesquisadas passou a ter tendência de queda. Em março de 2002, 18,5 milhões de brasileiros estavam em situação de pobreza. Em junho de 2009, esse número havia baixado para 14,4 milhões. A diferença de 4 milhões de pessoas representa uma queda de 26,8% da taxa de pobreza, que passou de 42,5% para 31,1% no período. Entre março de 2002 e junho de 2009, a região metropolitana que registrou maior queda no número de pobres (1,4 milhão) foi a do Rio de Janeiro, seguida por São Paulo (1,3 milhão) e

<sup>12</sup> O IDH é medido pela ONU, em relação a três itens: distribuição do PIB, acesso à educação e expectativa de vida. O índice varia entre 0 e 1. A situação é melhor quanto mais próxima de 1. Em 2009, a 1ª posição é da Noruega (0,971) e a última (182ª) é ocupada pelo Níger (0,340).

Belo Horizonte (600 mil pessoas). Recife e Salvador, que detêm as maiores taxas, retiraram da condição de pobreza 100 mil e 200 mil pessoas, respectivamente.

No conjunto das regiões analisadas, a taxa de pobreza caiu 2,8%, passando de 31,9% para 31%, na comparação entre outubro de 2007 a junho de 2008 e outubro de 2008 a junho de 2009. A maior queda ocorreu na região metropolitana de São Paulo (-3,9%), e a menor, na do Rio de Janeiro (-1,3%). Recife teve queda de 1,9%; Salvador e Porto Alegre, de 3,3%; e Belo Horizonte, de 3,5%. Um outro estudo do Ipea, sobre a última pesquisa nacional, do ano de 2008, indica que essa pobreza se reduziu, também pela ocupação de postos de trabalho no mercado formal. Por isso, precisamos observar algumas informações a respeito da composição da população e das tendências que ficam indicadas para o Brasil.

Porém, segundo o Ipea, a partir da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar de 2008, o que um pobre gasta em 1 ano equivale ao que um rico, que participa da camada 1% mais rica da população consome em 3 dias. A se manter a velocidade de diminuição da concentração da riqueza nacional, o Brasil levaria, pelo menos, vinte anos para chegar a um nível considerado justo. Segundo o Ipea, a queda da concentração da riqueza socialmente produzida é sustentável, em especial pela participação do trabalho assalariado na composição dessa queda. Os salários, ainda segundo o Instituto, quando diferentes do salário mínimo (que equivale a R\$ 465 ou USD 275<sup>13</sup>), foram responsáveis por 75% dessa queda. Já o aumento do salário mínimo contribuiu apenas com 16%. Conquanto sejam positivas as notícias distributivas, elas apontam para a necessidade de aprofundamento das políticas públicas para a melhoria da distribuição de renda. O Ipea constatou que o acesso a residências de qualidade pela população permaneceu

<sup>13</sup> O dólar usado para a indicação do valor, no caso brasileiro, é o de outubro de 2009, USD 1 equivale a R\$ 1,75. O salário mínimo de maior poder aquisitivo no continente é o argentino USD 616 e o menor é o boliviano USD 212; o Brasil ocupa a 8ª posição no ranking de 10 países da América do Sul. Ver: <http://www.americaeconomia.com.br/324535-Conheca-o-poder-aquisitivo-do-salario-minimo-note.aspx>



praticamente inalterado comparando os períodos 1998-2003 e 2003-2008. Em especial, relativo ao acesso a saneamento doméstico, o qual atualmente atende 66% da população e, em se mantendo os ritmos de desconcentração de renda, em 2055 haverá 95% das residências atendidas por este serviço público.

São 56,9 milhões de pobres no Brasil, sendo 24,7 milhões de pessoas na extrema pobreza. Quem são essas pessoas?

- a) Crianças (mais de 50% das crianças com até 2 anos de idade são pobres);
- b) Afrodescendentes (representam 45% da população total, mas 63% dos pobres e 70% dos indigentes);
- c) Nordestinos ou moradores das regiões metropolitanas do Sudeste;
- d) Membros de famílias chefiadas por adultos de baixa escolaridade; e
- e) Membros de famílias chefiadas por trabalhadores autônomos ou por empregados sem carteira assinada.

Outras informações relevantes sobre a desigualdade socioeconômica no Brasil:

- O 1% mais rico da população brasileira controla aproximadamente 10% do PIB nacional, a mesma proporção que é controlada pelos 50% mais pobres da população.
- A renda per capita mensal necessária para que um indivíduo faça parte dos 10% mais ricos do país é de R\$ 571, ou seja, uma família com 4 pessoas que tenha renda familiar de R\$ 2.284 pertence ao grupo dos 10% da população mais rica.
- 60% dos indigentes (extrema pobreza) no Brasil têm um nível de escolaridade entre 0 e 4 anos e 30% têm escolaridade entre 5 e 8 anos. 90% dos indigentes têm escolaridade abaixo de 8 anos.
- 83% dos chefes de famílias que se encontram em situação de extrema pobreza no país trabalham por conta própria ou são trabalhadores sem carteira.

- 54% dos chefes de famílias que se encontram em situação de pobreza trabalham por conta própria ou são trabalhadores.
- Aproximadamente 45% dos pobres no Brasil tem um nível de escolaridade entre 0 e 4 anos, enquanto 33% dos pobres têm escolaridade entre 5 e 8 anos. 77% dos pobres no país tem escolaridade abaixo de 8 anos.
- Além da distribuição de renda, outro fator de desigualdade é a educação. Uma pessoa com muita educação ganha cerca de 15 vezes o que ganha uma pessoa sem nenhuma educação.
- A educação tem o impacto de perpetuação do ciclo de pobreza, uma vez que pais com baixa escolaridade têm dificuldade em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos, de tal forma gerando um ciclo vicioso de perpetuação da pobreza entre gerações.
- A renda de uma pessoa rica é 25 a 30 vezes maior do que a de uma pessoa pobre. Nos Estados Unidos e no Uruguai essa diferença é de dez vezes.
- A região nordeste abriga cerca de 50% dos pobres brasileiros. No Recife, um dos centros urbanos mais pobres do Brasil, as favelas cobrem mais de 50% da área da cidade e acolhem 30% da sua população.
- Mais de 50% das crianças brasileiras com até dois anos encontram-se na linha da pobreza; negros e pardos representam 63% dos pobres do País.
- Nos últimos 25 anos, cerca de 150 mil jovens deixam anualmente o Brasil em busca de uma oportunidade no exterior.
- A cada dois desempregados no Brasil, um tem menos de 25 anos de idade; 4 milhões de jovens declaram não estudar, não trabalhar e não procurar emprego.

## Desigualdades persistentes

Ao notarmos aquelas circunstâncias nos perguntamos sobre suas causas. Algumas delas podemos indicar. A cadeia produtiva sucroalcooleira, tão importante para a política energética, é carro-chefe da agroexportação do País, sobretudo com o etanol. Nesse caso, se verifica claramente que as políticas públicas governamentais, ao isentarem os Usineiros de impostos, lhes beneficiam diretamente. Como produtores de etanol transformam-se, quase, em heróis nacionais. Por outro lado, aos canavieiros (camponeses que trabalham no plantio e colheita da cana), não foi reservada nenhuma política de proteção e melhoria das condições de trabalho. Na verdade, ainda existem muitas situações de trabalho escravo na cadeia produtiva sucroalcooleira.

Outro exemplo da concentração de políticas públicas que beneficiam o agronegócio pode ser identificado na cadeia produtiva da soja, em especial em relação aos transgênicos. Efetivamente o governo brasileiro rompeu com a proposta europeia da moratória aos transgênicos e incentivou à Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio) a adotar uma medida de aprovação ao cultivo de soja e milho transgênicos. Quais os interesses que foram beneficiados? Os das multinacionais da alimentação Monsanto, Bunge e Cargil. Ao mesmo tempo estimulou uma criminalização dos movimentos sociais do campo, em especial do Movimento Sem Terra (MST). Assim, muito embora existissem compromissos com os movimentos sociais de não avançar nas pesquisas com os transgênicos, isso foi quebrado.

Em relação à Reforma Agrária, podemos observar outro exemplo de como se manteve políticas sociais que aprofundam a desigualdade social. Não ocorreu nenhum avanço significativo nesse campo. Aliás, houve aumento de tensões nas áreas rurais, ainda que com menor número absoluto de mortes, embora com uma maior concentração de homicídios de camponeses nas áreas onde mais atuam o agronegócio, em

especial o do soja (Centro Oeste). As políticas de crédito agrícola do governo Lula beneficiam mais ao agronegócio que aos agricultores familiares, aos primeiros são destinados 85% de todo o financiamento, restando aos outros os 15%. Isto revela a opção pela agroexportação como uma componente da política concentradora de renda do governo.

Em relação à questão socioambiental, há uma forte contradição no governo, há uma disputa entre uma certa visão de desenvolvimento e uma certa visão de sustentabilidade. Esta tensão expeliu do governo Marina Silva, e aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Amazônia<sup>14</sup>. Em um discurso recente Lula identificava o meio ambiente e os indígenas como empecilhos para o desenvolvimento. No Nordeste, a mais grave situação diz respeito à Transposição do Rio São Francisco. Os movimentos sociais, e até o jejum de um bispo romano-católico, dom Luiz Cappio, indicaram o mal-estar socioambiental causado pela obra. Na Amazônia, não bastasse a devastação provocada pelo soja e pelas queimadas, há a questão das hidrelétricas, dentre as quais a do Rio Madeira. Nesse caso a disputa pelo licenciamento ambiental para a obra foi bastante ilustrativo do pouco caso à questão ecológica por parte do governo.

Outras reformas, como a agrária, estão adiadas no governo Lula. Um exemplo a mais é a reforma tributária. O Brasil possui um sistema de impostos regressivos, ou seja, os pobres pagam mais impostos que os ricos. Isto se dá porque o imposto incide mais sobre a produção/consumo que sobre a renda. Isso faz com que, em relação ao consumo quem ganha menos tenha um peso maior relativo ao poder aquisitivo. Assim, para quem ganha até dois salários mínimos o peso da carga tributária é de 46% do orçamento doméstico, ao passo que para quem ganha acima de 30 salários mínimos é de 16%.

<sup>14</sup> Pouco antes da saída da ministra Marina Silva, do governo Lula, fora aprovada a medida provisória 458 que regulamenta a posse da terra na Amazônia, em benefício do grande latifúndio. Propriedades com 4 km<sup>2</sup> pagam valor simbólico e as que tiverem acima de 15 km<sup>2</sup> pagam valor de mercado. A ministra Marina Silva se opôs à medida.

Em relação à renda, o imposto regressivo cobra apenas duas faixas: 15% para quem não é isento, até R\$ 2714,00 de salário mensal, quando passa a incidir 27,5%, para todo o restante dos contribuintes. Ocorre que a maior faixa de contribuintes encontra-se submetida à primeira faixa.

Os impostos que incidem sobre o patrimônio, e que redistribuiriam riqueza, foram reduzidos a partir de 1995 por efeito de Lei. E durante o governo Lula houve isenção de imposto de renda e imposto financeiro para empresas estrangeiras que investissem no Brasil, beneficiando principalmente aos bancos – recentemente, entre março e setembro de 2009, houve isenção de IPI, dentre outros, para a indústria automotiva, como mecanismo de incremento do consumo – em função da crise financeira mundial. Apesar disso a atual proposta de reforma tributária apresentada pelo governo, não tem caráter progressivo. Os gastos públicos do governo revelam que há uma distância enorme entre o que se paga de juros e serviços da dívida e o que se destina a políticas sociais, como o Bolsa Família. No primeiro caso, a amortização e serviços recebeu em 2006 R\$ 275 bilhões de reais, e o Bolsa Família, R\$ 10 bilhões. Esse é um dos motivos de nossa dívida pública ter alcançado a cifra de 1,34 trilhão de reais em 2008.

Isto significa que, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida Externa, o governo brasileiro permanece devedor de credores internacionais. Em 2007, os gastos com a dívida foram de 237 bilhões de reais. O que mais surpreende é que, depois de anos tendo o PT militado pela auditoria da dívida, bem como isso participar do discurso de Lula, nada nessa direção foi realizado. Em 1931 o Brasil fez uma Auditoria e constatou que 60% da dívida não tinham comprovação fiscal. Isso fez o País reduzir o pagamento referente a um principal de 40% do total da dívida constatada àquela época. É interessante notar que Rafael Correa, no Equador, estabeleceu e deu sequência a uma Auditoria da Dívida Externa.

Em relação ao controle dos recursos soberanos do País, por meio da manutenção de empresas estatais relevantes, o Estado brasileiro, na administração do Presidente Lula, manteve a política de privatizações neoliberal. Não reverteu a tão contestada privatização da Cia. Vale do Rio Doce. Não houve e nem haverá, segundo Lula, nenhuma iniciativa governamental de reversão desse processo. Além disso, como a Petrobrás tornou a prospecção uma atividade aberta, tendo ela se tornada uma empresa mista de capital aberto, 60% das ações foram adquiridas por empresas estrangeiras. Tudo isso ocorreu em confronto com os movimentos sociais organizados, que reivindicavam o oposto. E as condições da Petrobras terão efeito sobre a administração da descoberta de petróleo na camada do pré-sal.<sup>15</sup>

Durante a Era FHC (1993-2002), com a submissão às diretrizes do FMI e à lógica neoliberal, a Dívida Externa elevou-se de 148 bilhões de dólares, em 1995, para 210 bilhões de dólares, em 2002. Assim como, a Dívida Interna passou de 60 bilhões de reais, em 1995, para 648 bilhões de reais em 2002. Como diz a Auditoria Cidadã, um efeito desse comportamento foi que: aumentou a vulnerabilidade externa do Brasil, permitiu que o efeito da crise financeira de 1998 e 1999 fosse devastadora para a economia nacional.

Poderíamos nos questionar se houve uma alteração nesse percurso na Era Lula. Para essa questão teríamos uma resposta negativa. Como assim? Segundo a Auditoria Cidadã, são os organismos multilaterais que fazem com que a Dívida Externa não pare de crescer, na medida em que auxiliam na implementação de políticas que beneficiam as Grandes Corporações Transnacionais. Como efeito, a dívida pública pode ser uma alavanca para o desenvolvimento e a superação das desigualdades, se elaborada a partir dos interesses coletivos

---

<sup>15</sup> O Brasil, em 2008, declarou auto-suficiência em relação ao petróleo. Isso equivalia a que a produção nacional de barris de petróleo excedia às necessidades de consumo doméstico. A partir de 2007 a Petrobras se tornou empresa de capital misto. Isso gerou uma mobilização social retomando a campanha de 1950, O Petróleo é nosso (<http://www.mst.org.br/node/8121>). Com o pré-sal a produção de petróleo pode atingir até 16 bilhões de barris.

da sociedade e com mecanismos sociais de controle que permitam a participação popular na eleição e no usufruto dos serviços ao desenvolvimento transformador a ser elaborado.

Porém, sem controle sobre a formação e o uso da Dívida Pública - ainda mais por meio de geração contínua de superávits primários, que outro objetivo não tem senão o pagamento dos serviços da Dívida Externa - ficam impedidos os gastos governamentais com o bem-estar populacional e a superação das desigualdades. A quem beneficia a geração dos superávits primários? Ao Capital nacional e internacional que passam a confiar mais no governo e a investir mais. Essa política de geração de superávits primários levou o governo federal, por meio do Banco Central (Bacen), a afirmar que o Brasil é um credor líquido, não mais um País que tem Dívida Externa. Não será essa uma afirmação triunfalista?

O Bacen publicou estes dados: reservas internacionais, US\$ 187,5 bilhões; haveres de bancos comerciais, US\$ 12,9 bilhões; créditos brasileiros no exterior, US\$ 2,8 bilhões. Diante dos US\$ 196,2 bilhões da dívida externa, os ativos líquidos no exterior seriam US\$ 7 bilhões. Paulo B. Nogueira Jr. e outros economistas indicam que nesses números não estão incluídos os empréstimos intercompanhias (US\$ 48,6 bilhões em janeiro), devidos às matrizes por subsidiárias de transnacionais. Com o objetivo de não pagar o imposto de renda, esses fundos são contabilizados como empréstimos, embora se trate de capital próprio. O passivo externo bruto está em torno de US\$ 700 bilhões de reais. Aí se inclui o estoque de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), bem como os investimentos estrangeiros em carteira e a dívida em mãos de estrangeiros registrada. Com a dedução dos ativos de brasileiros no exterior, o passivo externo líquido fica em cerca de US\$ 400 bilhões.

Outro ponto importante a invalidar o discurso de que a dívida externa foi superada, é sua mal-disfarçada substituição por dívida interna. Bem mais que a metade das reservas em dólares do Bacen proveio de residentes no exterior, e elas

podem minguar de repente, ao ser transferido o capital mais juros de aplicações na dívida interna. Os títulos dessa dívida, registrados na Comissão de Valores Mobiliários como adquiridos por não-residentes, equivaliam a mais de US\$ 42 bilhões em janeiro, e o total real é certamente maior.

Como os aplicadores recebem crédito a juros baixos com o Banco Central, terminam por se reapropriar do Capital investido. Nesse circuito financeiro se valoriza o real internamente. Com isso a valorização da moeda nacional retroalimenta o circuito anterior. Os ganhos para o Capital nacional e internacional subiram em 80% ao ano. E a sociedade? Ela paga os impostos que permitem o governo federal despendar 160 bilhões de reais por ano de juros da dívida interna. Isso explica como a dívida interna chegou a 1,34 trilhões de reais, crescendo 65% de 2002 a 2007, depois de ter se elevado em 368%, de 1994 a 2002.

E o fundo soberano? Recentemente o Ministro Guido Mantega anunciou a criação de um fundo soberano para o Brasil. Por meio dessa aplicação financeira internacional de risco, que permite até mesmo que o governo tenha ações de empresas transnacionais, espera-se diminuir as perdas atuais com os títulos estado-unidenses, que têm ganhos básicos de 4,5% ao ano. Isso se dá porque o País tem a oitava maior reserva internacional do mundo, 195,849 bilhões em caixa. O governo brasileiro sofre críticas da esquerda e da direita com essa proposta. Para a direita, isso seria uma forma de regulamentação dos fluxos de capitais indesejada. Para a esquerda, isso pode criar um problema fiscal por repassar o crédito às empresas por juros menores que as taxas que pagarão o fundo.

### **Ações de superação da desigualdade**

No dia 19 de agosto de 2009 foi instalada na Câmara dos Deputados, em Brasília, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a auditoria da dívida externa brasileira - a criação fora proposta em dezembro de 2008. Esta é uma reivindicação histórica dos movimentos sociais do Brasil.



Ela foi instalada a pedido do deputado Ivan Valente (PSOL-SP). A CPI terá por objetivo investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios. Diversas entidades compareceram a este lançamento, dentre as quais Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Anfip (Associação Nacional dos Auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil), Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores-fiscais do Trabalho), IFC (Instituto de Fiscalização e Controle do Tribunal de Contas da União), Asisefe (Associação dos Aposentados e Pensionistas do Senado Federal), Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação), Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), Auditoria Cidadã da Dívida e Rede Jubileu Sul. Os estudos indicam que o endividamento externo do Brasil, malgrado as informações do governo de termos sanado a questão, e nos tornando até credores do FMI, não parou de engordar. Além disso, há o componente do crescimento do endividamento interno – que se compõe, também, com os serviços da dívida. Portanto, a CPI da Dívida Externa é um momento de reversão desse quadro, em benefício da população brasileira, a partir da ótica dos movimentos sociais.

Um outro elemento de superação da lógica da acumulação da riqueza socialmente produzida, e em favor de uma outra ordenação da economia pública, é o movimento social da Economia solidária. Hoje, no Brasil, mais de dois mil municípios têm ações de economia solidária, movimentando 8 bilhões de reais por ano. 28,6% desses empreendimentos oferecem produtos orgânicos, enquanto 31,8% trabalham com produtos recicláveis. Ou seja, é um empreendimento rentável e que tem forte marca no cuidado socioambiental. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Economia Solidária,<sup>16</sup> ela congrega diretamente 1,25 milhão de trabalhadores.

Outras formas de mobilização social com vistas a fazer com que a economia esteja a serviço da vida – e não do Capital,

<sup>16</sup> Ver [www.fbcs.org.br](http://www.fbcs.org.br); informações sobre o funcionamento das entidades de economia solidária no Brasil, ver: <http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteudo/atras.asp>

ou, como dizia o profeta Gentileza, do Capeta-Capital<sup>17</sup> -, são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, e outras organizações camponesas que lutam pela reforma agrária. Há várias organizações sociais articuladas para o controle do orçamento público, por meio do Fórum Brasileiro do Orçamento. Existem iniciativas para verificar como a execução do orçamento brasileiro pode ser um instrumento para a efetivação dos direitos humanos, em sua integralidade, civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

As comunidades religiosas têm um importante papel na efetivação de uma economia que esteja a serviço da vida.<sup>18</sup> Uma primeira missão é a de educarmo-nos como consumidores responsáveis, para termos atenção com o cuidado socioambiental. Não queremos nem podemos reproduzir os padrões de consumo dos países enriquecidos – que terminaram por devastar e poluir, nos deixando reféns da atual crise socioambiental, deste momento dramático das mudanças climáticas. Uma segunda missão é nos orientar em relação à participação nos movimentos de controle social dos instrumentos econômicos, em especial dos organismos multilaterais, senão também na consecução dos instrumentos que permitem a realização da economia solidária. Finalmente, porém não menos importante, é papel das comunidades religiosas, e das Igrejas cristãs em particular, o diálogo com as comunidades eclesiais do Norte, para que elas insistam no controle social das práticas econômicas de suas multinacionais, cobrando a realização dos direitos extraterritoriais, impedindo que elas continuem a ser sugadoras de nossas riquezas.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> Profeta Gentileza era como ficou conhecido José Dadrino, um senhor que andava pelas ruas do Rio de Janeiro pregando que gentileza, gera gentileza. Escrevia nos pilotis, próximos à rodoviária Novo Rio. Dentre os quais havia um que dizia isso: nosso mundo é regido pelo ‘capeta capital’, que vende tudo e destrói tudo. Capeta = demônio. Seu trabalho pode ser visto em [oimpressionista.wordpress.com/museu-virtual-gentileza](http://oimpressionista.wordpress.com/museu-virtual-gentileza)

<sup>18</sup> Com efeito, em 2010, durante a quaresma, no Brasil, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) coordenará a terceira campanha ecumênica da fraternidade, a qual terá por lema Não se pode servir a dois senhores, e o tema será Economia e Vida. Maiores informações em [www.conic.org.br](http://www.conic.org.br)

<sup>19</sup> Sobre o assunto, ver a Declaração do CMI sobre ecojustiça e dívida ecológica, de setembro de 2009, disponível em, <http://www.oikoumene.org/gr/resources/documents/central-committee/geneva-2009/reports-and-documents/report-on-public-issues/statement-on-eco-justice-and-ecological-debt.html>, acessado em 3 de novembro de 2009.

## II. E o que se entende por desenvolvimento transformador?

Toda essa descrição dos processos socioeconômicos, das desigualdades e dos esforços por sua superação, nos fazem pensar em alguns conceitos. Em nosso caso, dois são mais fundamentais: o de desenvolvimento e o de ecumenismo. O primeiro destes dois conceitos é sem dúvida nada unívoco, além de estar em um campo político de disputas sem precedentes. Desenvolvimento é um conceito que nasce com uma perspectiva normativa e vinculada a comparação de diferentes realizações do modo de produção capitalista. Neste sentido, as décadas de 1950 e 1960 giraram ao redor dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. A noção indicava que alguns países capitalistas haviam obtido um pleno desenvolvimento de suas plantas industriais, estabeleceram uma rede de serviços e o seu setor terciário estava bem implantado. Os outros que não tinham alcançado essa ordem de grandeza estavam direcionados a este destino. O desenvolvimento era o destino de todos.

A década de 1970 inaugura uma crítica àquela concepção de desenvolvimento, em especial por seu caráter economicista. E estabelece a noção de que o desenvolvimento deve ter cuidado com o meio ambiente, não pode esgotar o meio ambiente como se ele fosse uma base de recursos. A noção de desenvolvimento eco-sustentável, e depois de desenvolvimento sustentável, começa a tomar corpo. Depois orienta a comunidade internacional, com a criação de organizações como o Pnuma<sup>20</sup>. Estas noções ficaram ainda mais preciosas com as constatações dos efeitos das mudanças climáticas, e a partir da Conferência sobre Meio Ambiente, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1992, no Rio de Janeiro A agenda internacional passou a tratar essa questão como um ponto de honra. Ainda que entre as declarações e as ações de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas exista uma enorme distância.

<sup>20</sup> PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

Finalmente, a década de 1990 incorpora o conceito de desenvolvimento humano, indicando que não é possível haver desenvolvimento econômico e sustentável sem que as pessoas sejam resguardadas no atendimento de seus direitos fundamentais. O conceito do Desenvolvimento Humano surgiu em 1990, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) sugeriu substituir a visão tradicional de desenvolvimento, que o identifica ao crescimento da renda e da produtividade de um país, por um enfoque mais amplo e abrangente. Sob essa nova ótica, um país tem alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) quando ele oferece as condições necessárias - econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais - para que todos os indivíduos desenvolvam suas potencialidades e tenham garantidos os direitos plenos da cidadania.

Para medir o IDH são analisados basicamente três componentes: a longevidade média da população, o nível educacional e o acesso a recursos econômicos (PIB per capita). O economista indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, é a grande autoridade mundial nesse campo e o maior colaborador do Pnud na construção do Paradigma do Desenvolvimento Humano. Segundo esse paradigma, o que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez. Além do acesso às oportunidades, as pessoas precisam ser preparadas para fazer escolhas.

Como vimos o conceito de desenvolvimento nestas últimas três décadas recebeu adjetivos para buscar conferir uma qualidade compreensiva que indicasse pretensões políticas para as quais as ações sociais e econômicas deveriam estar orientadas. A comunidade ecumênica também vem participando deste debate. Mais recentemente, em função da criação da Aliança da Ação Conjunta das Igrejas (Action Churches Together), construiu-se uma nomenclatura que indicasse qual o modelo de desenvolvimento as organizações e Igrejas ecumênicas apostam. Essa expressão é desenvolvimento transformador.

Há uma lista de itens<sup>21</sup> que indicam o conteúdo dessa expressão, a saber:

- **Participação** – O envolvimento de pessoas em todos os aspectos de seu próprio desenvolvimento, analisando sua situação, identificando suas necessidades e possibilidades, assim como o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação de projetos de desenvolvimento;

- **Capacidade de desenvolvimento** – Desenvolvimento sustentável engloba a capacidade de pessoas e comunidades determinarem seu próprio futuro e intensificarem a utilização de recursos financeiros e humanos disponíveis. O desenvolvimento que é imposto ou permanece dependente de auxílio externo, não é sustentável;

- **Não-discriminação** – Protege a dignidade dada por Deus a cada pessoa e não as discrimina em hipótese alguma;

- **Igualdade de gênero** – Todo trabalho de desenvolvimento tem um impacto quanto ao gênero e não afeta homens e mulheres da mesma forma. O desenvolvimento sustentável requer uma análise de gênero do papel tanto dos homens como das mulheres dentro da família e da comunidade. Também requer a participação ativa de homens e mulheres na tomada de decisões e na implementação de atividades de desenvolvimento, a fim de assegurar que as atividades englobem também a condição das mulheres e beneficiem toda a comunidade;

- **Sensibilidade cultural e espiritual** – Ainda que as práticas religiosas e culturais possam tanto apoiar como inibir o desenvolvimento, este não pode ser sustentável sem que as práticas religiosas e culturais das pessoas e das comunidades sejam reconhecidas e incorporadas ao processo de desenvolvimento;

- **Proteção dos Direitos Humanos** – A dignidade humana e o bem-estar são contemplados quando se assegura que os governos cumpram sua responsabilidade de proteger os di-

<sup>21</sup> Disponível em [www.actdevelopment.org/files/ACT-Dev-Guide-For-optimised.pdf](http://www.actdevelopment.org/files/ACT-Dev-Guide-For-optimised.pdf), acessado em 3 de novembro de 2009.

reitos econômicos, sociais, culturais, civis, políticos, religiosos e comunicativos das pessoas;

- **Defesa de causa** – Mobilizar a opinião pública acerca das causas primárias da pobreza e da injustiça, a fim de influenciar aqueles em posições de poder e influência;

- **Promover a paz e a reconciliação** – O planejamento do desenvolvimento, especialmente para comunidades que passaram recentemente por conflitos, deve incorporar estratégias de prevenção efetiva e reconciliação;

- **Comunicação efetiva** – Metodologias de comunicação apropriadas são essenciais para assegurar a participação efetiva das comunidades em todas as fases do processo de desenvolvimento;

- **Sustentabilidade ambiental** – O desenvolvimento sustentável leva em conta o meio ambiente, preservando, mantendo e regenerando as fontes de recursos naturais. É dada especial atenção ao conhecimento e às práticas dos povos indígenas ligadas à sua relação com o meio ambiente. O consumo excessivo e a falta de partilha de recursos disponíveis é um obstáculo no esforço de se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Como podemos notar o conceito de desenvolvimento transformador assume a correlação de políticas econômicas redistributivas, políticas de reconhecimento (das diferenças), políticas de justiça ecológica (ou socioambiental), numa ótica integrada com a promoção dos direitos humanos, em sua integralidade. Ou seja, para a comunidade ecumênica o fundamental é que toda a vida seja promovida e preservada em qualquer processo que mereça o nome de desenvolvimento, qualquer que seja o seu adjetivo, e especialmente sob o adjetivo transformador. Para a comunidade ecumênica o desenvolvimento não é uma ação isolada dos principais agentes econômicos (capitalistas), nem das relações inerentes entre estes e o Estado. O desenvolvimento é parte da ação da sociedade civil, na qual estão incluídas as comunidades de crença religiosa. A religião é parte mesmo dos processos socioeconômicos e socioambientais do desenvolvimento transformador.

### III. De qual ecumenismo falamos para promover direitos e desenvolvimento transformador?

Talvez um recurso ao discurso sobre a originariedade se faça necessário. Por isso, comecemos assim, ab ovo (pelo início): Naquele tempo... o movimento ecumênico moderno surgiu. Porém, não foi assim, do nada. Ele é fruto de um longo processo histórico. Poderíamos remontá-lo à Reforma Protestante do século XVI. Poderíamos ir mais longe e fazermos a pergunta fundamental: quando no Cristianismo se iniciou a busca por unidade? Teríamos que recuar aos primórdios do movimento das seguidoras e seguidores de Jesus, no qual identificaríamos que sempre houve diversidade, pluralidade e, por isso, busca de unidade. É por isso que temos quatro Evangelhos, e nas cartas paulinas as comunidades são descritas de forma plural e repleta de divisões, e nos Atos a comunidade é apresentada como perpassada por dinâmicas de desintegração e integração.<sup>22</sup>

Pois bem, se a gente aceita que o movimento ecumênico é fruto dessa busca por unidade, podemos também aceitar mais um desafio. Qual é a originalidade do movimento ecumênico? Essa pergunta é de outra natureza sobre as origens. Aquela anterior é sobre a história, esta é sobre o modo de ser do movimento ecumênico, sua natureza ou caráter, se a gente quiser. Neste caso a resposta é mais complexa. Em geral, ao se falar de ecumenismo o primeiro passo é a filologia. E se diz assim: ecumenismo é a junção de duas palavras gregas, oikos e méne, que significam casa e terra, e daí a noção de terra habitada. E temos uma digressão que indica que a palavra ecumenismo era usada no jargão militar do Império Macedônico, para indicar toda terra conquistada e anexada ao império. Portanto, tinha a ver com a helenização. De fato, na tradução do Antigo Testamento para o grego, a chamada Septuaginta, o palavra oikoumene é usada para expressar esse sentido de toda a ter-

<sup>22</sup> Há várias introduções ao Novo Testamento que poderiam indicar essa pluralidade, recomendo uma introdução à teologia do Novo Testamento, JEREMIAS, J. Teologia do Novo Testamento – nova edição revista e atualizada. São Paulo: Hagnos, 2008.

ra habitada. E, também, no Novo Testamento, em suas quinze aparições, a palavra oikoumene é majoritariamente usada para esse sentido.<sup>23</sup>

Fiquemos com uma chave-de-leitura que nos abre para a noção de ecumenismo como parte da resposta ao desafio do Reino, lançado por Jesus, que nos instiga a promover novas terras e novos céus, a superar todas as formas de preconceito capazes de gerar acepções de pessoas. Com isso somos levados a tomar a rede, e como pescadoras e pescadores, quase que dançando circularmente, numa enorme ciranda, nos arriscamos a proclamar: esta terra tem que ser habitável para todas e todos. Revertemos o eixo político. Não aceitamos o paradigma imperial que procura identificar a terra habitada pela marca do Império, seja qual for, até a do imperialismo cristão (esta é a delicada questão do religionismo<sup>24</sup>). Rompemos com a lógica que exige o ecumenismo como imperativo (uma obrigação de ação moral) e nos arriscamos nos meandros da reciprocidade, gratuidade e alteridade. Isso nos deixa atentos ao meio ambiente como parte do tu, como parte da esfera dialogal.<sup>25</sup> É claro, essa reflexão exige aprofundamento que não pode ser implementado no espaço deste ensaio, porém seminalmente ficam essas indicações do caráter original da oikoumene.

Porém, há outra pergunta fundamental: e a terra é habitável para todas e todos? Isso coloca o problema sócio-eco-político

<sup>23</sup> Sobre a palavra oikoumene recomendo BOSH, Juan, *Para compreender o ecumenismo*. São Paulo: Loyola, p.9-10. Também SANTA ANA, Julio. *Ecumenismo e libertação*. Rio Janeiro: Vozes, 1987, p. 18 ss. Recomendamos, em especial, sobre a história e a teologia do ecumenismo DIAZ, Zwinglio; TEIXEIRA, Faustino. *Ecumenismo e Diálogo Interreligioso: a arte do possível*. São Paulo: Santuário, 2008.

<sup>24</sup> Recomendamos a leitura dos artigos contidos em Cantone, C. (org.) *A reviravolta planetária de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1995.

<sup>25</sup> Essas são reflexões alçadas no horizonte das contribuições de dois filósofos judeus, Martin Buber, que por meio das noções desenvolvidas em *Eu-Tu* indica que a palavra-primordial *Eu-Tu* inclui a natureza; e Emanuel Lévinas que desenvolve o conceito de alteridade. O retorno a esses conceitos seminais são necessários para um aprofundamento de projetos ecumênicos libertários, vinculados a essa originalidade não-imperial da oikoumene.



da oikoumene em primeiro plano. Isso nos deixa com a seguinte questão original: fazer ecumenismo (ecumenismo e movimento ecumênico são, então, uma prática) tem que veçom fazer com que a terra seja habitável para todas e todos?<sup>26</sup> E aqui caímos numa visão mais aprofundada sobre a prática ecumênica (ou práxis, se preferirem). Temos como consequência da resposta afirmativa àquela última questão, três dimensões do ecumenismo. A primeira dimensão é a da busca por fazer habitável a terra para todas e todos, ou a busca de unidade entre todas as pessoas que lutam por justiça, paz e integridade da criação. Em segundo lugar, passamos à constatação da terra habitável possível a partir do mundo das crenças, ou seja, a terra será habitável para todas e todos se buscarmos a unidade de todas as pessoas que têm fé, que participam de uma comunidade de crença, religiosa ou não. Em terceiro lugar, nada menos importante que as anteriores, só haverá terra habitável para todas e todos se buscarmos a unidade das seguidoras e seguidores de Jesus Cristo.

### **Projetos de ecumenismo**

Estávamos ali, na década de 1960. Os jovens protestantes e ecumênicos foram perseguidos, alguns mortos, outros exilados, quase todos torturados. Perseguidos na sociedade e também nas Igrejas. Os processos de expurgos eclesiásticos foram terríveis. Porém, eles não desistiram. E tiveram apoio de jovens que estavam no Conselho Mundial de Igrejas, e em organismos ecumênicos europeus. Entre a década de 1960 e 1970 formam-se organismos ecumênicos, para ser uma contribuição de cristãos – para além das Igrejas – com o processo de redemocratização do Brasil. Assim nasceu o Centro Evangélico de Informação (CEI), em 1962, que se transformou em Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), em 1974, e em 1994 se transformou em KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Nasce a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), 1973; o Centro de Educação e Serviço à Pastoral Popu-

<sup>26</sup> A proposta é pensar oikoumene como ação, e não como substantivo, assim se trata de chegar à oikoumene, uma terra que possa vir a ser habitada porque é habitável, tem condições apropriadas para a vida.

lar (Cesep), 1978; e outras organizações. Todas com o intuito de contribuir com a teologia da libertação e a pastoral popular, embalados na opção preferencial pelos pobres – e, imaginem, cheios de jovens teólogas e teólogos, cientistas sociais e algumas sacerdotisas e sacerdotes.

Nas décadas de 1980 e 1990 as coisas se alteraram. As ditaduras caíram. Nas mobilizações populares a participação da juventude sempre foi notada. Porém, nas décadas de 1980-2000 o grande plano pastoral das Igrejas históricas foi o crescimento numérico. Apostou-se na carismatização das Igrejas como uma resposta ao crescimento do pentecostalismo autônomo (também chamado neopentecostalismo). O processo de apoio ao movimento ecumênico se consolidou na formação dos Conselhos: Conselho Latino Americano de Igrejas (Clai), 1980, e Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), 1982. Porém, isso não significou um incremento na participação de jovens. Muito embora, ambos os conselhos tenha pastoral ou setor de juventude.

As décadas de 1980 e 1990 serão de refluxo das relações ecumênicas. Para a Igreja Católica Romana o ponto de convergência se altera. Já não mais irmãos separados, senão feridas abertas, são as comunidades eclesiais não-romano católicas (como diz o documento *Senhor Jesus*, em latim, *Dominus Jesus*). As Igrejas do protestantismo histórico também têm, no plano internacional, a disputa pela hegemonia do movimento ecumênico. Isso chegará à década de 1990 com várias questões. Quais eram os projetos que estavam em disputa?

Havia quatro projetos<sup>27</sup>, se incluirmos o modelo da Igreja Católica Romana. A família ortodoxa trazia uma proposta que aninhava desde o século XIX e que foi reforçada na década de 1920, com a Liga das Nações. Ela propunha que se formasse uma Liga das Igrejas Cristãs, um espaço de consulta das diferentes famílias, com a manutenção da autonomia de cada Igreja particular – o que é o modelo dos patriarcados ortodoxos. A família luterana propunha um

<sup>27</sup> Sobre estes projetos, SANTA ANA, Julio. *Ecumenismo e Libertação*. Rio Janeiro: Vozes, 1987.

outro modelo, o da articulação do conjunto das Igrejas cristãs, por meio de uma federação mundial de Igrejas cristãs – o que, ao fim e ao cabo, é o modelo da própria federação luterana mundial. Finalmente, se apresenta o modelo da conciliaridade de Igrejas, que é a proposta do Conselho Mundial de Igrejas, uma articulação das Igrejas ao redor da construção da unidade que possa fazer com que toda a terra seja habitável por todas e todos.

Na década de 1990, na América Latina, cresce a discussão sobre política de juventude. Emergem muitas experiências de ações de jovens em favor de políticas públicas. Surgem redes autônomas, como o movimento evangélicos na política, e a Rede Fale. Surge o Fórum Ecumênico do Brasil (FE Brasil), que reúne organizações ecumênicas, Igrejas históricas – inclusive a Igreja romano-católica – e os conselhos de Igrejas com representação no Brasil. Em 2008, esse FE Brasil se amplia para a América do Sul. Desde 2007, no âmbito do FE Brasil emergem articulações regionais de jovens das Igrejas, movimentos sociais e religiões não-cristãs, num movimento em favor de direitos de juventude, numa rede (Rede Ecumênica da Juventude em favor dos direitos de Juventude – Reju).

Por meio desses passos, observamos a contínua tarefa do diálogo, no âmbito da experiência do movimento ecumênico. Notamos que um protagonista fundamental de todo o processo é a juventude. Ela está presente nas Igrejas e ela faz mobilização e organização da práxis ecumênica. Vale retomar algumas notas iniciais. Se o ecumenismo tem sentido como práxis, é uma práxis transformadora, que alimenta a sociedade e as Igrejas. Ele não é algo que se anquilosa e fica duro como pedra. É vivo e se transforma como a vida. Por isso, a presença da juventude é tão fundamental.

Não haverá um movimento ecumênico com uma nova face sem que os dilemas e desafios da juventude sejam assumidos por ele e seus atores. Dentre esses dilemas e desafios, no caso brasileiro, não poderão ser deixados de lado nem a questão da violência, nem a do cuidado com o meio ambiente. E é no corpo da juventude que

essa prática ecumênica promotora da humanização pode ser afirmada. É o corpo das jovens e dos jovens que é esmagado pela máquina opressora que dizima as pessoas, mercantili-za as relações sociais, faz das pessoas coisas. É esse corpo da juventude que é capaz de se rebelar, de resistir a esses mecanismos impessoais que são veiculados, também, por meio das próprias comunidades eclesiais cristãs e de outras comunidades religiosas.

Qual prática ecumênica é fundamental para a transformação da sociedade civil e superação das desigualdades? Aquela que busca tornar toda a terra habitável para todas e todos, na unidade das pessoas que lutam por justiça, paz e integridade da criação; na unidade das pessoas que têm fé; na unidade das pessoas que se afirmam seguidoras e seguidores de Jesus Cristo. Esse é um movimento de pessoas, mais que de instituições, como disse um dos protagonistas fundamentais do movimento ecumênico, Dr. Visser't Hooft, primeiro secretário geral do CMI<sup>28</sup>. Não poderíamos estar mais próximos do movimento ecumênico que com a juventude. Uma coisa é certa, sem promoção de direitos e sem atores sociais que se comprometam com isso, inexistirá movimento ecumênico.

---

<sup>28</sup> O Dr. Hooft disse, também, que o movimento ecumênico sempre contou com movimentos que não eram dependentes das Igrejas e que tais movimentos foram pioneiros, desafiantes e estimulantes para as Igrejas (Cf. Visser' T Hooft, Willem. The Mandate of the Ecumenical Movement. In: Kinamon, M. ; Cope, B. – eds. – The Ecumenical Movement – an anathology of key texts and voices. Geneva: WCC, 1997. p. 40).

## Notas sobre o estudo bíblico

KOINONIA é uma comunidade de gentes amorosas e com paixão pelo mundo e pelas gentes. Em nossos sonhos muitas são as inspirações. Dentre elas estão aquelas atitudes proféticas, transgressoras e alimentadoras de desejos de co-participação na criação, como inspiradas pela ação jesuânica. Durante nossa roda de diálogo, que foi movida celebrativamente, houve um momento inspirador, motivado pela reflexão bíblica. Colaboraram conosco, para tanto, Paulo Roberto Garcia, de tradição metodista, e José Adriano Filho, de tradição presbiteriana. Ambos tomaram a perícopa na qual Jesus e seus discípulos comem no dia de sábado, seguem a comer numa plantação de trigo. Eis alguns elementos de reflexão que eles nos proporcionaram.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Estas são notas livres a partir da reflexão apresentada pelos biblistas citados, quaisquer erros evidenciados é de responsabilidade deste redator e não daqueles.

## **A perícopo nas versões de Marcos e Mateus<sup>30</sup>**

*Mc 2. 23-28*

*Num sábado, Jesus e os discípulos atravessavam numa plantação de trigo. Enquanto caminhavam, os discípulos colhiam espigas. Então, os fariseus perguntaram a Jesus: - "Por que é que os seus discípulos estão fazendo o que a nossa Lei proíbe fazer no sábado?" Jesus respondeu: - "Vocês não leram o que Davi fez quando ele e os seus companheiros não tinham comida e ficaram com fome? Ele entrou na casa de Deus, no tempo do Grande Sacerdote Abiatar, comeu os pães oferecidos a Deus e deu também aos seus companheiros. No entanto, é contra a nossa Lei também comer desses pães, a não ser os sacerdotes. E Jesus terminou: - "O sábado foi feito para servir as pessoas, e não as pessoas para servirem o sábado. Portanto, o Filho do Homem tem autoridade até mesmo sobre o sábado".*

Nesse texto a nota fundamental para destacar nas nossas reflexões é sobre Davi. Davi o cangaceiro com sua turba de aruaceiros. A transgressão desse grupo de endividados corresponde a identificar a harmonia entre o profano e o sagrado, não como esferas apartadas, senão como dimensões que se perpassam. Por isso, segue-se uma outra nota, talvez mais fundamental. Trata-se da abolição da teologia do sacrifício, ou, ainda mais, da hierarquia do sagrado: é mais sagrado atender às necessidades e ao direito que submeter-se à qualquer ordo religiosus. O universo religioso, se religioso é, deve estar a serviço da vida. Não deve ser um instrumento de dominação, de subordinação. Essa é a lição de Jesus: diante de um ordo religiosus subordinador, a atitude fundamental é a transgressão. Há que se romper com as normas, há que dessacralizar o que rompe com a lógica de promoção da vida. Nada de deixar de atender os direitos fundamentais em nome de qualquer ordem sagrada, nada é mais sagrado que a vida!

<sup>30</sup> Textos citados a partir da Bíblia sagrada na linguagem de hoje. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.

## Mt 12. 1-8

*Poucos dias depois, num sábado, Jesus estava atravessando uma plantação de trigo. Os seus discípulos estavam com fome e por isso começaram a colher espigas e a comer grãos de trigo. Quando os fariseus viram aquilo disseram a Jesus: - "Olhe, os seus discípulos estão fazendo uma coisa que a nossa Lei proíbe fazer no sábado!" Então, Jesus respondeu: - "Vocês não leram o que Davi fez quando ele e os seus companheiros estavam com fome? Entrou na casa de Deus, e, embora fosse contra a Lei, ele e os seus companheiros comeram os pães oferecidos a Deus. No entanto, somente os sacerdotes podiam fazer isso. Ou vocês não leram na Lei de Moisés que, nos sábados, os sacerdotes quebram a lei, no Templo, e não são culpados? Eu afirmo que aqui está alguma coisa maior que o Templo. Se vocês soubessem o que as escrituras sagradas querem dizer quando afirmam: Eu quero que sejam bondosos e não que me ofereçam sacrifícios de animais, vocês não condenariam os que não têm culpa. Porque o Filho do Homem tem autoridade também sobre o sábado.*

Nesse texto a nota é para a tensão entre Jesus e os fariseus. Os fariseus estão ali na condição dos intérpretes da Lei. Eles sabem o que vale na Lei e o que não vale. Porém, eles tendem a identificar na Lei uma ordem positiva das coisas. Se a Lei diz, então deve valer exatamente como ela estabelece. Qual é a hermenêutica que Jesus propõe? Se há fome é necessário que ela seja suprida! A fome tem pressa. O sábado não pode ficar como o dia do sacrifício, ele tem que ser o dia no qual dentro das nossas entranhas bate o mesmo coração (cum pathos, cum passione, compaixão: ter o mesmo sentimento que o outro), nos faz ter misericórdia (miser in cordis, quando somos tocados no coração pela desdita de outrém, pelo sofrimento que outro passa). Então, o que é o sábado? É o dia da misericórdia e não do sacrifício! A Lei interpretada pelos fariseus conduz à condenação de quem é solidário, de quem é livre diante das práticas desumanizadas por determinada interpretação da Lei. É por isso que, em Mateus, na seqüência do texto, no versículo 14, os fariseus planejarão a morte de Jesus.

**Direitos e desenvolvimento transformador  
a partir da solidariedade**





## Os Direitos Camponeses: um olhar a partir do sertão nordestino

**Risonha Freire<sup>31</sup>**

O Pólo Sindical trabalha com 17 sindicatos, dos quais seis são da Bahia e onze de Pernambuco. O Pólo e os Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTRs) estão filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A dificuldade que enfrentamos neste momento, é que a Contag rompeu com a CUT e se desvinculou desta. Todos os sindicatos que participam do Pólo Sindical estão trabalhando para que a Contag volte a se filiar à CUT. Embora, ainda exista na base do Pólo, em especial a partir dos STTRs da Bahia, a questão da filiação à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Ou seja, do ponto de vista do sindicalismo rural, o Pólo vive uma situação bastante similar ao conjunto do sindicalismo rural brasileiro em sua busca de identidades – o que também tem a ver com disputas político-partidárias e sua repercussão no movimento sindical.

A região geográfica de atuação do Pólo inclui áreas irrigadas, áreas de seca, áreas de comunidades indígenas e de comunidades quilombolas. Nas áreas irrigadas encontram-se as comunidades deslocadas da região inundada em função da barragem de Itaparica. Hoje, os indígenas Tumbalalá, da cidade de Curaçá-BA, reivindicam as terras onde estão os reassentados, afirmando que são terras que fazem parte de seu território. Esta é uma situação vivida por várias comunidades de irrigantes e também de trabalhadores de área seca na região em que atua o Pólo, um conflito entre comunidades indígenas e comunidades camponesas.

Em 1988 as famílias foram assentadas nas terras onde ainda vivem. Até hoje elas enfrentam os problemas ligados à produção e à comercialização de suas mercadorias. A presença de

<sup>31</sup> Jovem liderança sindical, Diretora do Pólo Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do SMSF; Secretária de Mulher e Jovem do STTR de Orocó-PE.

atravessadores tem dificultado o processo de emancipação dos trabalhadores rurais. O pequeno trabalhador rural não tem poder de incidência sobre as políticas públicas que são implementadas nas suas regiões. Estas são decisões dos políticos. Os trabalhadores rurais querem água e condições de sobrevivência digna para suas famílias. Nem sempre isso é conquistado e é papel de organizações como o Pólo sustentar essas lutas.

A construção de cisternas no semi-árido tem ajudado muito na melhoria de vida. Esta é uma conquista do movimento sindical e de outros atores sociais no semi-árido. Conseguimos formar a Articulação do Semi-Árido e por meio dela conquistar projetos que usam tecnologias sociais locais. Uma delas são as cisternas de placa para captação de água de chuva. Elas têm atendido muitas famílias e diminuído a dependência dos políticos locais. Há também os projetos de barragens subterâneas e de incentivo para a produção orgânica.

Continuamos nesta luta pelos direitos dos trabalhadores rurais na nossa região. Este é um momento difícil, devido às questões ligadas ao reassentamento e à questão da sobrevivência. A disputa entre os sindicatos impede que unam forças para consolidar o que foi conquistado no tempo do reassentamento.

Como já disse, os trabalhadores rurais querem condições para criar seus filhos, de sobreviver e libertar-se dos atravessadores. Infelizmente, os políticos são os principais empecilhos para a garantia dos direitos dos trabalhadores rurais. Queremos o direito de sobreviver da terra que foi conquistada com a ação dos trabalhadores rurais. Nós, as mulheres, também estamos organizadas para contribuir na luta pelos direitos. Não tínhamos movimentos de mulheres e jovens naquela região. A partir do trabalho de KOINONIA junto com o Pólo desenvolvemos esses movimentos. Na direção do Pólo Sindical hoje há a presença de muitos jovens.

**Comentário do moderador:**

As mudanças estruturais do sindicalismo, exemplificadas na região e mencionadas por Risonha, estão relacionadas ao fato de haver uma disputa partidária no interior do movimento sindical brasileiro. Como se sabe, nos últimos anos houve a criação de novas centrais sindicais, das quais as principais são a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), vinculada ao PCdoB, e a Nova Central, vinculada ao PSOL. Estas novas centrais reforçaram o papel do Partido dos Trabalhadores - PT como principal protagonista na Central Única dos Trabalhadores (CUT), e mostrou a fragilidade do projeto da Força Sindical, hoje bastante debilitada em termos de coordenação política das lutas dos trabalhadores. No caso do sindicalismo rural, isto levou a um processo de disputas internas no interior da Contag. Nos dois últimos Congressos da Confederação houve moções para sua desfiliação da CUT.<sup>32</sup> Além disso, no caso do sindicalismo rural, dado o peso do PCdoB em várias regiões e da discussão entre um sindicalismo em favor da agricultura familiar e da Reforma Agrária, ou com maior ênfase no segundo ponto, foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Essa Federação se instalou em várias regiões, também na Bahia, na área de atuação do Pólo. Essas mudanças estruturais do sindicalismo e do sindicalismo rural, por conseguinte, trazem esses efeitos destacados pela Risonha. Os dois outros pontos são os dos diversos enfrentamentos com o Estado, em especial em relação à consolidação das políticas territoriais, para o Território de Itaparica e à conclusão (que já leva quase 30 anos) da instalação dos projetos de irrigação dos reassentados de Itaparica. Neste último ponto, a nossa palestrante agregou o tema das disputas entre setores sociais portadores de direitos, camponeses e indígenas, em especial o caso dos Tumbalalá, no município baiano de Curaçá, que afetará diretamente a vida de quase 500 famílias de reassentados.

<sup>32</sup> A Contag se filiou à CUT apenas em 1985. Se desfiliou oficialmente no último Congresso em 2007.

## **Direitos de Juventude e ecumenismo: a experiência da Reju<sup>33</sup> Daniel Souza<sup>34</sup>**

A Rede Ecumênica da Juventude Pela Promoção dos Direitos Juvenis (Reju) é um projeto de jovens, assumido pelo Fórum Ecumênico do Brasil (FE Brasil) e apoiado por meio do Programa de Apoio Estratégico, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) - Projeto 15180 PAE/Cese. Ora, onde está a juventude ecumênica? Estamos minados pelo ecumenismo geriátrico?

A Reju é formada por jovens de diversas regiões, movimentos, religiões e entidades. A juventude sofre inúmeras violações de direitos. O extermínio da juventude negra se dá no cotidiano. Com frequência os meios de comunicação quando falam do assassinato de um jovem negro, o associam com o tráfico. O jovem rural quer estudar, quer ter o direito à saúde.

Recentemente realizamos por meio da Reju um curso de formação de lideranças, nas dependências do Programa de Formação e Educação Comunitária (Profec), em Duque de Caxias, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Nele aprofundamos, dentre outras coisas, nossa afirmação de um ecumenismo que possui três dimensões na busca da unidade: - de todas as pessoas que lutam pela justiça, paz e integridade da criação; - de todas as pessoas que professam alguma fé (religiosa ou não); - de todas as seguidoras e seguidores de Jesus. Nessa perspectiva ecumênica é que compreendemos a ação em favor da promoção dos direitos da juventude.

O que faz a Reju?

- Fortalece as ações políticas das juventudes
- Intercâmbio para a garantia de direitos
- Estimula a articulação e organização das juventudes de diferentes movimentos e Igrejas
- Realiza cursos de capacitação de multiplicadores para todas

<sup>33</sup> Rede Ecumênica da Juventude Pelos Direitos Juvenis ([www.redeecumenicadajuventude.org.br](http://www.redeecumenicadajuventude.org.br))

<sup>34</sup> Leigo batista, estudante de teologia na UMESP, colaborador da Reju Sudeste;

as regiões, debatendo os direitos da juventude que estão sendo violados, entre outros temas, e definindo ações e estratégias

- Promove Jornadas Ecumênicas
- Monitora as ações das coordenações regionais, por meio de reuniões
- Realiza Eventos culturais
- Celebra, promovendo uma espiritualidade de partilha que alimenta os jovens para lutar por uma vida mais justa.

Uma das iniciativas atuais que estamos promovendo é a realização nacional de cineclubes para discutir como os jovens estão criando condições de superação da violência. Isso foi inspirado nas iniciativas do Profec. Os jovens de lá realizaram um cineclubes sobre o regime militar. A iniciativa foi tão interessante que exportamos para Salvador, São Paulo e Rio Grande do Sul. Agora estão organizando cineclubes sobre questões locais. O tema abordado atualmente nos cineclubes é "Direitos das juventudes que estão sendo violados - promovendo ações que promovam tais direitos".

Atualmente a Reju está pleiteando ter um delegado no Conselho Nacional de Juventude, o Conjuve. Na nossa compreensão, uma rede ecumênica é um espaço espiritual, no sentido de que alimenta nossa vontade de juntos lutar por um outro mundo possível, porque, para a gente não existe libertação sem celebração.

### **Comentário do moderador:**

A Reju é uma resposta ao Ecumenismo geriátrico necessitando de renovação. A Reju está engajada no processo nacional de discussão de políticas públicas de juventude. Participa deste debate nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal). A Rede reúne uma diversidade de jovens advindos de religiões de matriz africana, do cristianismo, do mundo da política e até jovens que se afirmam sem religião. Levam para este debate o tema da diversidade de comunidades de crenças, que é desenhado pelo universo dos jovens a serem abordados.

Uma coisa a reparar é que, segundo pesquisas atuais, a grande maioria dos jovens na América Latina se declara religioso. Entretanto, simultaneamente, segundo as mesmas pesquisas, cresce entre os jovens a não vinculação a alguma Igreja ou organização religiosa. Em relação à Reju, a perspectiva é de participar da luta por direitos, tanto dos direitos ainda a serem conquistados, quanto aos já reconhecidos e que têm de ser garantidos. Há uma discussão sobre se a Reju participará em processos nacionais mais amplos, como a Conferência Nacional de Comunicação, que tem sido sufocada pelas 40 famílias que monopolizam a comunicação no Brasil.

## **Direitos das Comunidades Negras Tradicionais - direito ao reconhecimento**

**Ana Emília Gualberto<sup>35</sup>**

Ronaldo dos Santos da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) foi convidado para participar deste painel. Todavia, uma reunião da Conaq, que ocorre nestes mesmos dias, o impediu e ele não pode estar aqui presente. Ronaldo está em reunião discutindo alguns dos temas que serão expostos aqui: - Iminência da votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 no Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>36</sup>; insistência do senso comum de negação dos direitos quilombolas, formada pela grande mídia; comunidades locais quilombolas, que também não conseguem dar conta das discussões nacionais, o que faz com que um mesmo conjunto de lideranças acumule a participação em todos os eventos e debates; e a atual discussão do estatuto da igualdade racial, que levou a um racha entre o movimento quilombola e o movimento negro, que se manifestou na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Conapir.

<sup>35</sup> Historiadora, assessora de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

<sup>36</sup> O processo de votação no STF desta ADI 3239 ocorre desde de 2004, acompanhe o processo no site. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2227157>.

Como o movimento ecumênico pode fortalecer a luta das comunidades quilombolas? Este é um momento crítico. Está em curso a discussão da inconstitucionalidade do Decreto Presidencial 4887/03, que garante o direito ao território das comunidades. Este processo está acontecendo tão rápido que as comunidades não tem tido o fôlego para responder ao processo. A Igreja Anglicana e a Cese participaram da campanha de persuasão ao Supremo para que se realizem audiências públicas para discutir essa questão. Os argumentos para inconstitucionalidade afirmam a existência de um equívoco, a saber, que o direito ao território das comunidades não é direito ancestral. A mídia faz toda uma construção de argumentos para que a questão não seja compreendida a partir da perspectiva dos quilombolas. As comunidades, em nível local, não têm conseguido dar conta desta discussão nacional.

Neste contexto, surgem lideranças que ocupam espaços e que nem sempre são diretos representantes das comunidades quilombolas. Questões de representatividade e de legitimidade estão em jogo também. E isso é aproveitado pelos setores governamentais interessados na declaração da inconstitucionalidade do Decreto.

Paralelamente à discussão sobre a inconstitucionalidade do Decreto, existem instrumentos alternativos para a garantia de direitos. O Estatuto da Igualdade Racial seria uma delas. A questão quilombola foi proposta para ser integrada ao Estatuto.<sup>37</sup> Deste modo, é esta questão (da inclusão dos direitos quilombolas) uma das que travam a aprovação do mesmo até o momento. Os Estados estão divididos quanto à maneira como a questão deve ser tratada. Há demandas de que a definição seja feita pelo Governo Federal, como se não fosse uma questão de legislação estadual. O Ministro da Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Edson Santos, propôs que se tirasse a questão quilombola do Estatuto para que este fosse aprovado.

<sup>37</sup> O Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado no mês de setembro e a questão quilombola foi mutilada no texto final do mesmo, deixando de ser tratada explicitamente como direito territorial ancestral, **passando a ter foco nas políticas públicas e na cultura.**

Um outro tema é o da relação entre a liberdade religiosa e a questão de direitos. Na Bahia, a luta de comunidades negras tradicionais, apoiada por KOINONIA, começa com as comunidades de Terreiros de Candomblé. No Rio de Janeiro, o foco tem sido a questão territorial das comunidades negras tradicionais quilombolas. Neste estado a questão da Liberdade Religiosa é uma coisa nova. A abordagem de religião como um direito não foi ainda trabalhado.

Na busca da solidariedade e do fortalecimento de nossa luta, temos que ampliar as nossas campanhas na América Latina. Sabemos que na Colômbia também há movimentos semelhantes aos nossos. Temo de juntar forças para garantir o direito dessas comunidades.

Entendo que os desafios da questão quilombola no que diz respeito ao movimento ecumênico, estão vinculados ao fortalecimento da luta quilombola, a abertura de novos espaços nos quais essa questão possa estar em pauta, ampliando o espaço de discussão. Um segundo aspecto é o pedido de audiência pública sobre a inconstitucionalidade do decreto. A Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) começou uma mobilização no seu site e a Igreja Anglicana também apoiou. Neste momento estamos trabalhando essa questão, tanto localmente quanto em níveis mais amplos. Deixo como desafio uma pergunta: de que maneiras o movimento ecumênico abraçará esta causa?

### **Comentário do moderador:**

A agenda política sobre o marco legal é o principal foco, nela se apresenta o confronto entre as comunidades negras tradicionais, a mídia e o Estado. Além disso, há o destaque da luta no cotidiano das comunidades, que enfrentam um conjunto de desafios oferecidos à comunidade ecumênica: ampliar, como caixa de ressonância, as demandas quilombolas; seu compromisso efetivo em garantir direitos (estatuto da igualdade racial), abordando o tema das comunidades não apenas como fundiário, senão também como tema do diálogo



inter-religioso. Finalmente, se destaca uma questão para a teoria política: a representatividade real das comunidades.

## **Diálogo com os defensores de direitos<sup>38</sup>**

### **Comentários e questões sobre movimentos sociais do campo**

- Sobre a questão dos camponeses do sertão da Bahia e Pernambuco: qual seria a questão central entre Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) e Federação de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia (Fetag-BA)?
- A região do submédio São Francisco é afetada diretamente pelo projeto governamental da Transposição do Rio São Francisco. O que está acontecendo neste momento com o projeto da transposição? Como KOINONIA está encarando e atuando em relação ao tema?
- Em relação à fala do Daniel sobre a Reju, é importante ressaltar que a Cese tem um conselho externo que elege as organizações que são apoiadas pelo PAE, que é autônomo com relação às tomadas de decisão pelo financiamento de projetos.

### **Comentários e questões sobre direitos de juventude**

- Como este movimento de jovens (Reju) está encarando a questão da diversidade sexual? Há que se destacar o tema da AIDS e o tema do grande conservadorismo atual da juventude. Como isso está sendo tratado?
- É necessário avançar no diagnóstico do homoterrorismo, para dar conta do aumento da violência na sociedade e, principalmente, entre os setores jovens.
- Sobre o tema dos homicídios de jovens, como pensar em um programa de intervenções mais específicas para a redução desta mortalidade, tendo como exemplos programas já existentes?

<sup>38</sup> Os comentários e questões foram elaborados pelo conjunto das pessoas que participaram do Seminário. Assim sendo, privilegiou-se os conteúdos.

Existem estudos da Silvia Ramos (UCA) sobre como as Igrejas evangélicas têm “salvado” jovens do tráfico. Os atuais dados indicam que a cada 1000 jovens de 3 a 12 anos, três serão assassinados antes de completar 18 anos. Por outro lado, os jovens são vítimas e autores da violência letal, em função do acesso às armas e do desenvolvimento de uma cultura da virilidade.

- É importante considerar em quais iniciativas as Igrejas obtiveram acertos, para se pensar nos avanços e na ampliação do apoio a essas iniciativas. Com relação aos pentecostais, é preciso pensar quais os temas que podem suportar uma ação comum, mas para isso nós (ecumênicos) também precisamos flexibilizar a nossa linguagem e os nossos estereótipos. Não sabemos, por exemplo, da extensão dos ganhos do trabalho pentecostal na retirada de jovens da criminalidade, no trabalho com jovens presidiários.
- Como atacar as questões específicas de cada lugar? Em Brasília-DF, por exemplo, foram mapeadas 42 gangues que lutam entre si, e isso não é só na periferia; o que aponta para uma cultura da violência e não apenas da virilidade;

### **Comentários e questões sobre comunidades negras tradicionais**

- Com relação à questão quilombola, se destaca o aspecto da fragilidade do movimento, em especial se consideramos o exemplo do dossiê de criminalização dos movimentos sociais – produzido pelo MST, e divulgado por meio do Processo de Articulação e Diálogo - PAD. Apesar de ter sido procurada sobre o tema da criminalização dos movimentos sociais, a Conaq não conseguiu responder a esta demanda.
- Sobre os quilombos, como está a situação de Goiás e Tocantins? Há um grande volume de comunidades naquela região. Há informações sobre essa região? Como a equipe de assessoria de KOINONIA está vendo o mapeamento das comunidades no geral?

## Temas gerais:

- Em relação à diversidade religiosa: O tema está sendo tratado no submédio São Francisco e entre os quilombos no Rio de Janeiro?

- É necessário pensar nas crianças e adolescentes e não só nos jovens, assim como nas famílias que estão sendo formadas. Há um projeto, em curso, chamado “Mobilização pela Educação”, com o apoio do Clai, para chamar as Igrejas evangélicas para esse debate.

- Algumas comunidades de Candomblé, em Salvador, vivem todos esses problemas: prostituição, homossexualidade, drogas, etc. Foi citado o caso de uma comunidade que abriga vários jovens com essas questões, porém falta formação para dar conta disso. Essa comunidade chegou a procurar apoio da Igreja Católica, mas teve as portas fechadas. Há poucos dias um jovem homossexual do Terreiro de Mãe Jaciara foi espancado por outros quatro de outro terreiro. Hoje ela está tendo que pagar seguranças para que seu Candomblé possa funcionar.

- A violência não está limitada a uma questão social e econômica. Observemos que existem os temas homofobia, intolerância, etc. Há uma geração inteira sendo eliminada, é um genocídio. É preciso que as várias experiências bem sucedidas das Igrejas sejam mais conhecidas, já que elas não são oficiais, são oficiosas, e os seus próprios participantes não as conhecem. O tema da “Cracolândia” gera um grande impasse quanto ao tipo de ação a ser realizada.

- As Igrejas reproduzem a justificativa religiosa e a obsessão pela ordem: a diversidade sexual e religiosa é considerada como desordem. Daí a repressão.

## **Reflexões responsivas**

### ***Risonha Freire - Movimentos sociais do campo***

Essa divisão, entre Fetag-BA e Fetape,<sup>39</sup> se dá dentro da própria direção do Pólo Sindical, que tem gente da Bahia e de Pernambuco. As partes representadas dentro do Pólo Sindical nem sempre trabalham em cooperação e não participam em eventos organizados por uma ou outra. Essa divisão dificulta os processos internos do Pólo.

Em relação ao tema da transposição, há grupos de jovens trabalhando na questão da transposição. Participam quando são convidados, mas não é uma ação contínua. Sobre o tema da transposição, temos em alguns municípios grupos de jovens mobilizados e outros não. Mas não há um amplo debate destes grupos sobre o tema.

Com relação à religião, a presença é sempre católica, mas agora há a presença de alguns evangélicos, mas com resistência. Os católicos romanos trabalham conosco. A Igreja Assembléia de Deus está começando a participar mais ativamente. A discussão do ecumenismo ainda está começando.

### ***Daniel Souza - Direitos de juventude***

O tema da diversidade sexual é muito novo para a rede, talvez porque ela seja muito fechada para o tema. Mesmo o tema da mulher ainda apresenta uma grande dificuldade. Quando recebemos a capacitação, oferecida pela Ana Gualberto,<sup>40</sup> perceberam uma grande resistência dos jovens. Ao final do curso fizeram um diagnóstico dos temas que faltam ser abordados e eram justamente esses temas, como gênero, etc. Gênero é ainda um tema pouco tratado na Reju. Os jovens das Igrejas ainda têm grandes dificuldades de tratar a questão da equidade

<sup>39</sup> Trata-se de referência às duas federações estaduais de trabalhadores na agricultura, da Bahia e de Pernambuco, que têm orientações políticas divergentes.

<sup>40</sup> Daniel Souza menciona a assessoria oferecida ao Curso de Formação de Lideranças da Reju, ocorrido no mês de agosto de 2009, na sede do Programa de Formação e Educação Comunitária (Profec).

entre homens e mulheres. Muito mais em relação a questões sobre a temática de gays, lésbicas e transexuais. Falta uma re-educação tendo em vista esta temática. A temática de gênero começa a ser enfatizada agora.

Quanto à ação das Igrejas pentecostais: há casos de regiões aonde antes da instalação das Igrejas os terrenos eram baratos. Depois da instalação das Igrejas na área, os preços começaram a aumentar. Como entender comunidades fechadas e conservadoras, mas que mesmo assim influenciam a mudança na comunidade? É preciso entender melhor estes fenômenos.

Com relação à mortalidade juvenil por causas externas, a Reju tem trabalhado por meio de formação através de cursos de capacitação para a rede. Estou de acordo que a violência também tem um aspecto vinculado ao ódio homofóbico, e falta uma maior busca de reconhecimento dos tipos de violência. Talvez a reeducação seja o caminho para a superação da violência. Quando o pessoal de Salvador trouxe o problema do extermínio para o debate na Reju, discutimos como isso acontece, como a arma empodera (no sentido de que os jovens passam a se sentir poderosos com a arma), como o jovem se sente reconhecido. Esse fato aponta para a necessidade de uma reeducação dessa juventude, necessidade de capacitar lideranças e de fazer esta capacitação atingir as bases.

### **Ana Gualberto - Comunidades negras tradicionais**

Sobre o mapeamento nacional das comunidades quilombolas, há que se ver que KOINONIA tem uma ação local. Ela está pautada nos dois estados: Rio de Janeiro e Bahia. Porém, a gente atua, também, por meio de pesquisa e informação, além do boletim Observatório Quilombola (OQ)<sup>41</sup>, que divulga informações das comunidades em todo o Brasil. O OQ reúne notícias de todo o país no que diz respeito às comunidades quilombolas. Temos uma noção do que está acontecendo no país, mas a nossa ação é no Rio de Janeiro e no sul da Bahia. Nessa questão do mapeamento seguimos mais pelo OQ. Além

<sup>41</sup> Para acessar o Observatório Quilombola (OQ): [www.koinonia.org.br/oq](http://www.koinonia.org.br/oq)

disso, há uma rede acadêmica coordenada pelo Prof.<sup>o</sup> José Maurício Arruti<sup>42</sup> que contribui para a compreensão desse cenário nacional.

Sobre a questão religiosa, a ação dos Terreiros de Candomblé em Salvador também atua com os jovens para que, através dos ensinamentos e apoio da comunidade, saiam dessa cultura de violência. Essas iniciativas estão presentes, mas são muitas vezes invisibilizadas pela mídia devido à discriminação sofrida pelas religiões de matriz-africana. As comunidades quilombolas são majoritariamente cristãs e neo-pentecostais. Mesmo o ecumenismo é visto com bastante desconfiança. No Rio de Janeiro temos um desafio muito grande. Há comunidades que querem fazer resgate cultural (capoeira e outras raízes culturais africanas), mas não querem que os jovens dançam jongo.

Em relação à violência, gostaria de fazer a seguinte ponderação: a cultura entre os jovens ainda é machista. Eles oprimem as mulheres jovens e continuam a reproduzir esta cultura. Como conseguir ações efetivas de combate à violência? Como avançar na discussão de sexualidade em comunidades tradicionais?

---

<sup>42</sup> Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Assessor de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

## Superação das intolerâncias e desenvolvimento transformador



## **Candomblé: religião de amor ameaçada pelos desamores Yalorixá Jaciara dos Santos<sup>43</sup>**

Represento aqui a Ialorixá Gilda de Ogum, que morreu em função da intolerância religiosa. Quero dizer que KOINONIA faz aniversário, porém quem ganha o presente somos nós. O Abassá de Ogum é um terreiro como outro qualquer. Embora existam em Salvador outras casas maiores, a energia do Orixá é uma só. Falar de intolerância religiosa para mim é muito triste. Até porque minha mãe biológica sofreu um grande ataque dentro do próprio terreiro. Eis o motivo pelo qual elaboramos uma cartilha que fala sobre o que aconteceu. Quero enfatizar e deixar claro que o Candomblé é uma religião como outra qualquer, apesar da forma que o negro foi arrancado da África, de uma forma sub-humana, e tendo que ocultar sua fé, seu nome, a forma de ter que enterrar os orixás e de dizer que é santo de Igreja. Hoje falar de intolerância religiosa nada mais é do que falar de crime e de dor. E eu vivi essa experiência no terreiro Abassá de Ogum e vivo isso todos os dias.

O Abassá de Ogum foi invadido, há alguns anos, por pessoas da Assembleia de Deus. Minha mãe ainda era viva e alguns adeptos da Igreja queriam exorcizar a Ialorixá, apoiando a bíblia na cabeça dela.

Outro assunto que quero enfatizar é a questão da imagem dela, de minha mãe, Gilda de Ogum. Ela teve participação num evento em Salvador, em 1992, na campanha “Fora Presidente Collor”. Nesse evento ela foi clicada por um fotógrafo e a foto saiu na revista Veja com um texto que dizia mais ou menos: “Ialorixá faz o seu despacho para ajudar na saída do tal presidente Collor”. Depois de sete anos passados o fato e a reportagem, a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), e a sua editora, de São Paulo, fizeram uso daquela imagem. A Iurd pegou essa mesma foto, que foi publicada na revista Veja, e colocou no jornal deles, a Folha Universal, com um texto que afirmava algo assim: “Macumbeiros, charlatões lesam o bolso



e a vida de cliente”. Com a mesma foto da Ialorixá e uma tarja preta no rosto dela. E isso, para uma sacerdotisa de 65 anos de idade foi muito complicado; ver a imagem dela rotulada e maculada dessa forma. E minha mãe teve um infarto fulminante. Saiu viva e voltou dentro de um caixão. E antes de acontecer isso, nós perambulamos pelas ruas de Salvador procurando quem nos apoiaria num processo desse tipo. As Federações de culto afro ficaram com medo. Elas disseram pra mim e para minha mãe, ainda viva, isso entre o mês de outubro e novembro, que a Igreja Universal é um caldo muito grosso, que nós não podíamos mexer neles. E isso foi muito ruim para mim. Procuramos o Ministério Público e a coisa não teve jeito. Só KOINONIA abriu as portas para mim, de um jeito mágico.

Eu não conhecia o KOINONIA, eu tinha um primo que morava em Amsterdam e conheceu a escritora Laura Alvarez<sup>44</sup>, da Suécia. Ela veio ao Brasil visitar o Abassá de Ogum, porque meu primo a conhecia e foi ela quem me apresentou KOINONIA, por meio do grupo de jovens chamado Bagunção. KOINONIA enviou uma advogada até o terreiro e minha mãe assinou a procuração para entrar com um processo contra a Iurd. Isto foi numa quinta-feira, ao redor de 11h da manhã. Na parte da tarde nós saímos para ela reconhecer firma e no dia seguinte ela teve um infarto fulminante.

Portanto, minha história de luta contra a intolerância não é um destino de luta apenas. É um compromisso com a Casa e um compromisso com a imagem da minha mãe. Ela me pediu: *“Minha filha não quero morrer sem tirar essa tarja preta do meu rosto”*. E já se completarão dez anos, dia 21 de janeiro de 2010, do seu falecimento. Salvador tem aberto portas para vários movimentos contra a intolerância religiosa. Porém, ainda acho muito pouco. Até porque intolerância religiosa é crime, e é racismo. Até vindo de Salvador para este evento, na hora em que fui passar pelos equipamentos de verificação de metais no aeroporto, houve uma ocorrência. Acho que o rapaz que

<sup>44</sup> Laura Álvarez López é pesquisadora de pós-doutorado do Departamento de Espanhol, Português e Estudos Latino-Americanos da Universidade de Estocolmo, Suécia. Fez trabalho de campo em comunidades afroreligiosas no Brasil.

trabalha com aquele equipamento é evangélico. Ele me tratou super mal porque eu estava vestida de Ialorixá. Ele mandou que tirasse o turbante. Eu disse à Jussara Rêgo, que me acompanhava, que se eu não estivesse vindo para uma reunião tão importante não iria viajar.

Porque eu iria tirar a roupa? Ele mandou tirar o sapato, mandou tirar meu brinco de ouro e mandou tirar meu turbante, de uma forma violenta. Eu me recusei a tirar o turbante. Perguntei a ele se aquilo era certo, porque era um ato de intolerância. Porque um padre, pastor e uma freira não são tratados assim? Sinto isso em Salvador, andando nas ruas de Salvador. Certo dia eu estava na Praça e vieram dois evangélicos me espancar, eu e minha outra filha de santo, porque eu estava vestida de Ialorixá. Eles foram presos em flagrante em Salvador. E na delegacia, no módulo policial para onde eles foram levados para serem presos em flagrante, todos os evangélicos da Praça da Sé se dirigiram para lá e batiam o pé no chão, e diziam para mim: *“Queima! Queima!”*. Foi um dos piores momentos da minha vida. Achei que ia ser queimada em praça pública. Isso é um fato real.

Entrando em lojas em Salvador, porque sou sacerdotisa e eu ando dessa forma em Salvador, se ela (a loja) é evangélica, todos os funcionários correm (de mim). Eu já entro com meu cartão, sou Ialorixá, pergunto logo: *“Cadê o gerente?”* Hoje eu estou um pouco cansada, porque parece que me tornei a garota propaganda da intolerância religiosa. Estar vivendo esse momento aqui com vocês, nesta roda de diálogo, falando de intolerância religiosa, me faz pensar naqueles dez anos. Estava comentando com Marília Schüller da minha dor, que o tempo passa e tenho medo de passarem mais dez anos e essa intolerância não acabar. Intolerância religiosa não existe só porque estou vestida de Ialorixá. Ela está presente na escola, quando um filho de Ialorixá vai para escola vestido de branco, numa sexta-feira. Se a professora é evangélica já começa a dar um sermão: Candomblé é coisa do diabo, que tem que exorcizar!

Do sistema de educação, a gente passa para o de saúde. Quando alguém do Candomblé passa mal e vai ser atendido no Sistema Único de Saúde (SUS), se a enfermeira for evangélica, tira o fio de conta, turbante e pega uma bíblia e fala que o Deus que ela diz acreditar é que é o Deus da salvação. A minha preocupação hoje é com o que esses líderes religiosos, sacerdotes, estão fazendo com esse sistema. Existe uma conspiração para acabar com o povo de Candomblé, de desafrikanizar o povo de Candomblé. Aí vem o acarajé, que é uma comida típica de Salvador, que é patrimônio histórico, e que hoje os evangélicos estão vendendo com a bíblia no tabuleiro. Mudaram o nome do acarajé para “bolinho de Jesus”.

Eu tinha um programa de rádio, para falar coisas do Candomblé e seus caminhos. Nesse programa falava sobre essas coisas e um dia eu falei e três rádios foram fechadas por que eu era Ialorixá. Em uma, o pastor que fazia um programa se recusou a participar na rádio comigo. Depois denunciaram as três rádios, aí eu me afastei porque senão iriam fechar todas as rádios da comunidade. Parei de fazer o programa de rádio. Aí ganhei o equipamento de uma rádio comunitária que tinha fechado, e montei a rádio no terreiro. Nos primeiros dias do programa eu falei: espero que os evangélicos procurem fazer o bolinho de Jesus com a receita deles, farinha de trigo e óleo ungido. Sabe que o pastor fez na minha comunidade? Pegou o segurança dele armado e foi lá no terreiro. Ele foi falar que não podia mais falar sobre isso.

Meu medo é desse Deus, que está nessa bíblia sagrada, no alcorão... e o Candomblé não tem texto sagrado. Apresentamos aqui essa cartilha que foi feita para terreiro, elaborada por mim. Não tenho nenhuma formação acadêmica, mas tenho o sofrimento. Estou com medo de tudo isso. Estou aqui aproveitando essa Assembleia e esse momento histórico para mim como sacerdotisa, para pedir ajuda. Não é cesta básica, não é projeto e não é concurso de nenhum edital. Mas é esse amor, é esse Deus que está no coração de cada um, para que a gente possa exterminar essa intolerância, esse medo

que estou vivendo no meu terreiro e que acabei de falar. Isso também é a questão dos jovens. Eu teria muito assunto para falar, contar de uma dor... termino ficando emocionada... mas, queria dizer da minha satisfação de estar aqui, dividindo esse sofrimento e esse medo que é e de um terreiro de Candomblé, e sei que a Igreja (cristã) pode estar vivendo isso de outra forma. E até meus filhos de santo falam assim: *“Mãe Jaça, a senhora vai terminar sendo morta desse jeito. Eles têm poder”*. E vários fatos acontecem: uma filha de santo minha foi espancada porque estava de branco, entrou na escola e foi botada para fora. E o medo de buscar a polícia? Virar briga de vizinho?

Não falei muito sobre o processo jurídico contra a Iurd porque está relatado aí na cartilha, e porque sou muito falante mesmo. Queria dizer do quão importante para mim é estar aqui agora, porque o povo de Candomblé não tem a mídia a favor, o povo do Candomblé é excluído. Falei da saúde, falei da educação e falo também da inclusão no trabalho. Se o jovem de terreiro de Candomblé vai procurar emprego não pode dizer que é de Candomblé. Meu medo é *“O que fazer com esses jovens? O que fazer com essa intolerância?”*, para que no futuro a gente possa, não só ter esse diálogo interreligioso, esse ecumenismo... quero mais: desejo que a gente possa se abraçar, se olhar e nos vermos uns nos outros, independente de cor de pele, condição financeira e de fé, como dizia também, Nelson Mandela. Desejo a todos uma boa Assembleia. Que Oxum, que é a dona do amor, que Oxum que é o orixá do equilíbrio, que cuida da fertilidade, das crianças, faça que brote no coração de todos que estão aqui presentes (e das leitoras e leitores), independente de confissão de fé, um olhar para vida. Olorum da fé, que significa Deus, pague a vocês por ouvirem (e lerem) o que digo. E desejo para vocês que o Deus que existe em mim, que é Oxum, que é Olorum, esteja de mãos dadas com o Deus que está no coração de vocês. Adupé!

**Comentários do moderador**

Mãe Jaciara nos lembrou como a religião de matriz africana tem toda essa tensão, com a sociedade patriarcal, machista, branca ocidental brasileira. Isso tem interferência na vida pessoal da Yalorixá, com o falecimento da mãe biológica, devido a uma campanha movida pela Igreja Universal do Reino de Deus. Fica apresentado o caldo cultural da intolerância religiosa, que está especialmente nos setores protestantes e pentecostais, mas também presente no catolicismo brasileiro. E depois de dez anos de luta ela nos informa se sentir muito chocada com a continuidade do problema e sua interferência na vida cotidiana - tanto em termos de violência concreta, nas ruas, onde as pessoas são molestadas e agredidas fisicamente por estarem vivenciando sua fé -, como também pela violência simbólica, no sistema público de saúde e educação, bem como no mercado de trabalho, no qual são geradas dificuldade de acesso.

**Do estigma que gera intolerância,  
das dores que a vida traz**  
***Dóris Bertolino***

As palavras da Yalorixá me trazem um sentimento. Sou pentecostal, da Assembleia de Deus, e me sinto envergonhada pela situação que a Igreja trouxe. O que posso pedir é perdão. Porque eu tenho certeza que Cristo não ficaria feliz com isso. O Deus que eu conheço é o Deus de amor. É um Deus de inclusão. É um Deus de bondade. Então, eu te peço perdão em nome das pessoas seguidoras de Jesus que agem, equivocadamente, promovendo a intolerância religiosa.

Minha atuação é parte do programa Saúde e Direitos, no qual partilho com a Ester, em KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, em ações educativas de promoção da saúde reprodutiva, direitos sexuais e de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e ao HIV/Aids.

Trabalhamos também a formação de multiplicadores para essas ações educativas. Nessa formação temos contato com várias denominações cristãs, e com todas as pessoas dos movimentos sociais, especialmente camponeses e quilombolas, e de outras tradições religiosas como o Candomblé. A experiência é muito interessante. Por que? Porque podemos sentar com várias denominações em alguns momentos e conversar a respeito de prevenção. A gente conseguiu ter um momento ecumênico com um assunto em comum.

Em alguns momentos temos dificuldades. Tivemos recentemente um trabalho em Taubaté no qual havia várias religiões sentadas. E nós tivemos uma questão com o pessoal da Igreja católica,<sup>45</sup> nós chegamos próximo e conversamos a respeito, e o entendimento veio. É um trabalho de formiga, é um trabalho de conversa, que tem surtido um grande resultado.

Prova maior disso foi agora, no final do ano de 2008, quando eu e meu marido<sup>46</sup> vivemos nesse movimento ecumênico. Quando ele teve um problema de saúde no final daquele ano. Pude sentir o amor dos irmãos, a interreligiosidade foi tão forte... Telefonemas, e-mails e muitas orações, das mais diversas formas, eu pude sentir. Quando ele voltou da primeira vez do hospital onde ficou internado, ele chorava muito, porque ele tomava conhecimento do amor que unia mãe de santo, pai de santo, católico, assembleiano, metodista, batista e anglicano. Depois que ele faleceu eu recebo o abraço e o carinho de todas essas pessoas, independentemente também da sua opção.

---

<sup>45</sup> A proposta oficial da Igreja Católica Apostólica Romana em relação à prevenção à Aids, é a recomendação da abstinência sexual pré-matrimônio e a fidelidade no matrimônio; além disso há a recomendação pastoral do apoio aos familiares de soropositivos e de solidariedade, atenção e carinho aos soropositivos. Em relação às duas últimas questões há total acordo. Em relação às duas primeiras há um desacordo fundamental baseado na experiência cotidiana e na alternativa, até o momento, mais eficaz de prevenção à contaminação de doenças sexualmente transmissíveis e a Aids/HIV por meio de relações sexuais, que é o uso do preservativo masculino (camisinha) ou feminino.

<sup>46</sup> O Revdo. Sebastião Bertolino, pastor da Assembleia de Deus de Pindamonhangaba (São Paulo), falecido no início do ano de 2009.

Nós sentimos que o trabalho vale a pena. Tem um preço e nós pagamos esse preço por ele. Porém, ele vale a pena. Quando falamos das ações do programa Saúde e Direitos, existe todo um caminho a ser percorrido. Porém, podemos afirmar que conseguimos entrar nesse diálogo. Na nossa família somos todos multiplicadores. Meu filho agora é multiplicador. Está com 17 anos e está numa conferência de Saúde em Pindamonhangaba, onde vai falar também desse assunto, para o qual já somos uma referência, a promoção da saúde e dos direitos sexuais, e a prevenção com referência às DSTs e ao HIV/Aids.

### **Comentário do moderador**

Dóris Bertolino singelamente nos ajudou a destacar alguns elementos da ação do programa Saúde e Direitos, que lida com o tema muito complexo que é o dos direitos sexuais e reprodutivos e da prevenção HIV/Aids, por meio da formação de multiplicadores. E isso implica várias dimensões. Uma delas, destacada, é a relação entre interreligiosidade e solidariedade. Ela sentiu isso pessoalmente durante o período de doença do marido, e mesmo após; ela ressaltou isso. Também destacou que há uma dimensão importantíssima, a relação com as autoridades públicas. Falou da participação do filho numa Conferência Municipal, que é também a prática do Programa: fazer com que sejam promovidos esse tema da superação da intolerância ao estigma, juntamente com a promoção do direito a saúde reprodutiva e sexual. Uma outra menção que fez foi ao cuidado com pessoas que vivem e são afetadas pelo vírus, que isso deva ser também tomado com uma ação de política pública.

## **Superando o paradigma da competição: a experiência do FE Brasil *Bispo Maurício Andrade*<sup>47</sup>**

Refletirei sobre uma contribuição, nessa dimensão ecumênica e na luta pela superação das intolerâncias religiosas, a partir de uma experiência concreta que temos vivido: o FE Brasil. O

<sup>47</sup> Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Bispo da Diocese de Brasília-DF.

FE Brasil é fruto de relações historicamente acumuladas a partir do Compartilhar Ecumênico de Recursos (CER). O que antecede o FE Brasil, em nossa caminhada é o CER. Quando essa linha do Conselho Mundial de Igrejas foi finalizada aqui no Brasil, decidimos que deveríamos continuar a caminhada e a reflexão, criando e oficializando o que temos hoje, o FE Brasil.

E o FE Brasil é uma proposta, um projeto de ser um fórum. Nós não temos nenhuma dimensão de instituição. Por isso, também, (o FE Brasil) é uma iniciativa que pretende ultrapassar o modelo da competição (entre agentes do movimento ecumênico), na dimensão da ação. Reforçamos a dimensão da presença, simplesmente, tão somente de juntar, cooperar os esforços. Ali estamos com organismos ecumênicos e Igrejas. As Igrejas Luterana, Metodista, Aglicana, Presbiteriana Unida, Presbiteriana Independente... A Igreja católica não participa oficialmente, mas sempre tem alguém que vem pelos outros, pelo Cesep, por exemplo, e por meio de outras instituições, e que também trazem alguma representação.

Uma dificuldade é que, atualmente, as Igrejas têm cada vez mais um olhar para dentro de si, e a questão da identidade continua permeando, às vezes as nossas dificuldades no tema da superação (da intolerância religiosa, e de outras formas de intolerância). É a questão do crescimento. da quantidade de membros, que faz pensar no que representa cada uma das Igrejas. Um dia desses vivi uma situação - me permitam o gracejo. Alguém afirmou: "Se minha Igreja é pequena, se minha Igreja é ovo de codorna, a sua também é". Disse que as Igrejas eram ovos, era um ovo. Eu disse que, porém, têm ovos de codorna, ovos de galinha e ovos de avestruz. Tudo pode ser até ovo, mas, eles têm tamanhos diferentes.

Essa é uma questão que dificulta algumas vezes o nosso diálogo. Não sei se vocês recordam um texto do Carlos Alberto Bock<sup>48</sup>. Estava folheando lá em casa meus livros, essa semana,

<sup>48</sup> Bock, Carlos Alberto. *O Ecumenismo Eclesiástico em Debate: Uma Análise a partir da Proposta Ecumênica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic)*, 1995.



e encontrei esse texto, que é a dissertação de mestrado do Carlos. Foi publicado pela editora da Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos - Aste, em 1998, no qual faz uma reflexão sobre o ecumenismo eclesiástico, a partir do paradigma do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic). Eu não sei se ele afirmaria hoje o que escreveu na dissertação. Aqui ele fala de algumas referências e desafios para pensar internamente e externamente, por exemplo, quando a gente pensa em aplicar princípios da relação ecumênica e da superação da intolerância. O Conic começou a trabalhar por meio de regionais. Isso deu amplitude para a superação dos entraves nas relações entre as Igrejas e as pessoas das Igrejas. Tal amplidão se deu mais forte porque foi para além do eclesiástico e entrou na relação mais eclesial. É o que acontece, por exemplo, na Bahia; foi o que aconteceu em Goiânia, em relação, por exemplo, à Reju; acontece em várias outras regiões, no Recife. Imagino que lá em Belém também.

Nos regionais você pode ter pessoas de Igrejas que não são do Conic oficial, do Conic eclesiástico, e que interagem nesses regionais. Agora, quando a gente pensa em superação da intolerância, a gente precisa olhar diferentes dimensões. A nossa irmã, a Mãe Jaciara, ela estava falando da situação que aconteceu no terreiro dela, eventos relacionados à Igreja Assembléia de Deus e depois com a Universal. Nós lembramos do dia 12 de outubro, do chute na santa. Eu não vou recordar o nome e ano em que um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus nos mostrou que a intolerância é possível, porém posso recordar com vocês o quanto ela é indesejável<sup>49</sup>. Ele chutou uma santa e isso foi manchete na televisão, e isso foi letra de música do Gilberto Gil e isso gerou um pedido de indenização por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) contra a Igreja Universal. Esses são exemplos de intolerância.

Temos intolerâncias menores na nossa relação, quando a gente se sente o ovo de avestruz, diante do ovo da galinha e do ovo da codorna; pretender ser o maior. Recentemente,

<sup>49</sup> O fato aconteceu em 12 de outubro de 1995.

tivemos uma situação envolvendo nossa Igreja numa região missionária, na qual um bispo da Igreja católica nos questionava: “Vocês estão batizando aqui? Vocês pediram autorização para batizar aqui?”. Isso é uma atitude de intolerância. Essa é a mesma atitude de chutar o santo, agora no sentido ao contrário. E aí a gente contra-questionava: “O Senhor já leu os documentos do Conic?” Desde os acordos sobre o Batismo. A partir do atual papado, de Bento XVI, com esse último documento, as coisas não ficaram claras.

Nessa questão da superação, nós precisamos pensar no caminho da cooperação cada vez mais, e menos na competição. Não sei quantos viram a reportagem da Folha de São Paulo, recentemente, com informações do IBGE, que diz serem hoje os protestantes (quando a Folha ou qualquer jornal fala de protestante está dizendo os não-católicos romanos) representam 50 milhões da população brasileira; e nos próximos anos vão dobrar, serão 100 milhões. Isso indica uma movimentação do campo religioso. Isso fortalece e gera a intolerância, e é muito maior por parte daqueles que se compreendem e se entendem como “os todos” do poder religioso, os donos do mercado. Se sentem o avestruz na conversa.

Agora, eu queria falar também, um pouquinho, de como a gente diz, parafraseando Caetano: “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”. Nessa discussão hoje, sobre as questões das relações ecumênicas, estamos cada vez mais numa dependência de olhar cada vez mais para dentro de si – isto a partir da experiência anglicana, da qual posso falar. Há uma visão de reagrupar seus conceitos, e às vezes preconceitos, em sua identidade. Isso gera cada vez mais, na dimensão eclesiástica, uma mera relação pro forme dos nossos avanços na relação ecumênica. Nessa dimensão, podemos analisar a questão dos motivos do estigma do tema abordado, do estigma do HIV/Aids. Como essa temática permeia nossas relações na vida da Igreja, nas nossas relações ecumênicas, na nossa discussão ecumênica. Nós tivemos um diálogo em Brasília, em 2008. Discutimos um texto que fala sobre a se-

xualidade, publicado pelo Centro de Estudos Anglicanos, do nosso irmão Carlos Calvani, coordenador desse projeto dentro da Igreja Anglicana. Esse texto tem por título: “O pobre não tem sexo”; e o subtítulo do texto é “Ausência dos discursos de sexualidade na construção da noção de subjetividade na teologia da libertação”.

Como em toda teologia da libertação não se discutiu a questão de sexualidade, não se abordou a questão da sexualidade? E o texto de Calvani começa com uma citação de um livro que Leonardo Boff escreveu em 1996, “Brasas sobre cinzas”. Naquele livro Boff conta uma experiência, de uma situação de um batismo de uma senhora que tinha ficado viúva em uma favela no Rio de Janeiro. Vale a pena ler e ver essa reflexão. Essa discussão da sexualidade precisa ser reforçada, precisa estar presente em nossas preocupações. Hoje penso que temos dois desafios em nosso diálogo ecumênico: a questão ambiental e a questão da sexualidade. Não podemos varrer para debaixo do tapete esses temas. Como vamos refletir essas questões? Como vamos debater e vamos nos encontrar nessa discussão? Para concluir, uso uma frase do pastor luterano Milton Schwantes, que há muitos anos atrás nos disse que haverá um tempo em que teremos duas Igrejas, a ecumênica e as outras.

### Comentário do moderador

Essas são reflexões sobre o processo de construção do FE Brasil e sobre o campo religioso brasileiro e suas questões; as tensões que a gente vive dentro do campo ecumênico. O FE Brasil é um sucessor do Compartilhar Ecumênico de Recursos (CER), e busca ser um espaço social de organismos ecumênicos, Igrejas e conselhos para cooperação ecumênica; evitando as tensões da competição. Porém, no cenário eclesiástico isso não é uma coisa tão simples. Visto que as Igrejas estão cada vez mais ensimesmadas. A eclesiologia do ensimesmamento se instalou. E isso tem feito com que os ovos fiquem disputan-

do seus tamanhos. Vários desafios foram apresentados, dentre os quais as questões da ecologia e da sexualidade. E conclui nos dizendo a citação de Milton, que me faz recordar a citação de Marx no final do Manifesto: Socialismo ou Barbárie. Então, ecumenismo ou confusão!

## Diálogo com os movimentos de superação das intolerâncias

### Comentários e questões dos participantes

- Uma questão a mencionar é que um dos fenômenos que tem permeado diversos movimentos religiosos é que, muitas vezes na origem, os movimentos religiosos negavam a prática contemporânea. Os evangélicos quando chegaram ao Brasil, tiveram que se confrontar com a enorme intolerância religiosa que havia por parte da Igreja Católica. Os evangélicos se tornaram os grandes defensores da liberdade religiosa. Esse foi um dos grandes temas que os missionários - e principalmente os tais chamados de "Igreja de missão", metodista, presbiteriano e batista - trouxeram: a defesa da liberdade religiosa em termos da separação da Igreja e Estado. Quando a República foi reformada, os evangélicos ficaram muito felizes porque a República determinou a laicidade do Estado. Isso significa a superação da intolerância religiosa para os evangélicos. Eu me lembro quando cheguei em casa e falei para os meus pais e a minha avó que eu tinha ido ao seminário católico, minha avó, uma protestante já idosa, me chamou de "traidor". Mas traidor por quê? *"Você esqueceu da perseguição dos católicos, o que eles fizeram contra nós?"* Minha avó se converteu ao protestantismo em 1912. Eu era adolescente. Ela disse que na porta da Igreja os católicos esfregavam de sabão o piso para que quando a gente saísse da Igreja, escorregasse e estatelasse no chão. Então, os evangélicos tinham esse princípio: o da defesa da liberdade religiosa. Hoje, quando os evangélicos começam a virar um ovo de avestruz, diversos evangélicos se tornam

intolerantes. Então, é bom que a gente lembre sempre aos evangélicos que a defesa da liberdade religiosa é parte dos princípios fundamentais dessa experiência religiosa, e que hoje os evangélicos renegam. Quando a Dóris pede perdão à Mãe Jaciara, isso significa um passo na direção certa, com o qual me identifico. O perdão que a Dóris pediu para Jaciara é o perdão de todos nós evangélicos aqui. Mesmo que eu discorde da maneira que alguém entre na relação com o sagrado, isso não me dá o direito de ser intolerante. Então, eu creio que quando nós falamos de ecumenismo é importante a gente lembrar a defesa da liberdade religiosa. E defender o direito das religiões de matrizes africanas exercerem sua espiritualidade com toda liberdade, deve ser parte da nossa plataforma. Aí vem a célebre frase de Martin Müller: “Vieram buscar os comunistas, eu fiquei calado. Vieram buscar os judeus, eu fiquei calado. Vieram buscar os homossexuais, eu fiquei calado. Não tinha ninguém para me defender quando vieram me buscar”. Essa frase de Martin Müller é de quando Hitler primeiro perseguiu os comunistas, depois os Judeus, depois os homossexuais, ciganos e, finalmente, perseguiu a Igreja. Quem viu Operação Valquíria<sup>50</sup> sabe muito bem o que isso significou.

- Reforço o que os três apresentaram dessa luta contra a intolerância religiosa. Acrescento um exemplo de uma situação difícil que nós estamos vivendo também dentro da Cese, sobre nosso ecumenismo, quando se tratou de dar apoio a projetos apresentados por organizações de homossexuais ligados a semana do orgulho gay. Há quem se pronuncie afirmando não ser papel do movimento ecumênico esse tipo de apoio. Porém, graças a Deus, há uma reação contrária, mostrando que a Cese, por trabalhar com o eixo dos direitos humanos, tem que estar solidária também com a defesa dos direitos dos homossexuais e contra toda forma de homofobia. E nós apoiamos a defesa de direitos. E se a semana do orgulho tem uma discussão dos direitos dos homossexuais, é nessa semana,

<sup>50</sup> Filme dirigido por Bryan Singer, descreve a ação de um grupo de oficiais que planeja assassinar Hitler.

também, que estaremos apoiando a defesa de direitos. Porém, essa discussão, embora tenha sido feita em Assembleia e tenha sido rebatida com muita força, vai continuar permeando nossas relações ecumênicas, e dificultarão muito um trabalho conjunto, em especial com Igrejas como a Católica Romana. E se já no campo do batismo e no campo do serviço isso está fragilizado, quanto mais diante de afirmações de direitos das minorias. Então, a intolerância atinge essa visão do serviço ecumênico, que é bastante diferenciado, que acaba atingido a questão da liberdade. Haverá um encontro de mulheres lésbicas na defesa dos seus direitos. Será que é melhor organizações ecumênicas, como a Cese, não apoiar? Esse tipo de questionamento pode aparecer a partir de posturas intolerantes. Essa questão, eu acho que envolve todos nós.

- Dois anos atrás, numa conferência do Ministério da Cultura sobre diversidade cultural, com a participação do Sérgio Mamberti<sup>51</sup>, solicitaram-me (Gabriela Leite)<sup>52</sup> que escrevesse um texto sobre direitos sexuais, na perspectiva das prostitutas. Notei que em várias conferências mundiais sobre mulheres, até em Pequim, durante todos esses anos de movimento feminista, muito se falou e se andou em relação aos direitos reprodutivos. Porém, tudo ficou numa caixinha, a dos direitos sexuais e reprodutivos. Porém, aí só os direitos reprodutivos foram trabalhados, porque uma concepção hermenêutica desse fato, registrada há dois anos atrás, naquele texto que me foi solicitado, os direitos sexuais estavam para serem construídos. Isso traz uma feliz curiosidade em saber como vocês – KOINONIA - estão trabalhando direitos sexuais nesse programa Saúde e Direitos. Quais os direitos que vocês estão trabalhando? Porque eu sei que isso é muito polêmico. Direitos sexuais geram uma polêmica imensa. E assim, bem dentro do que se falou sobre a reação contrária ao apoio a projetos de homossexuais, como fica o movimento de prostitutas? Se a gente fizesse o trabalho de tirar essas pobres coitadinhas das ruas teríamos financiamento,

<sup>51</sup> Presidente da FUNARTE, Ministério da Cultura.

<sup>52</sup> Fundadora da ONG Prostituição, Direitos, Civis e Saúde – Davida

porém, como a gente faz outro trabalho, aquele da afirmação dos direitos sexuais, da afirmação do trabalho sexual, nós não temos dinheiro. E, então, a gente vive em uma situação esdrúxula. Uma relação de realismo fantástico. Nós (do movimento de prostitutas) temos nosso nome, somos citados em documentos – a rede nacional de trabalhadores do sexo. Não só o brasileiro como latino-americanos, vivemos de glamour.

Porque ninguém, e nisso estou falando de agências ecumênicas também, não só empresários e agência seculares, está trabalhando com essa questão, que é a mesma história dos homossexuais, ainda que estejamos fazendo e acontecendo. Essa é uma discussão de intolerância e a discussão dos direitos sexuais está na raiz dessa discussão.

- Estava aqui pensando que ao discutirmos a intolerância religiosa, estamos discutindo o direito da igualdade, da liberdade religiosa, garantidos por lei na Constituição, o qual, porém, na vida não é exercitado na prática, na sociedade. Também, não há debate da Constituição garantida e nem há mecanismos muito claros, e políticos, para combater juridicamente a intolerância religiosa. Os direitos sexuais são um direito que estão em processo de construção no Brasil. Se estamos falando de várias formas, claro que nosso recorte, instituições ecumênicas, tem esse recorte religioso. Eu nem conheço pesquisas anteriores, mas a impressão que se tem é que a intolerância, de várias formas, está aumentando no Brasil, ou talvez, se tornando mais visível. Porque mesmo os grupos que são discriminados na sociedade, como o movimento gay, a discriminação contra lésbicas, travestis e transgêneros, isso existe dentro do próprio movimento. Em KOINONIA nossos objetivos iniciais, fundantes, são muito afirmados: somos contra todas as formas de discriminação e intolerância. Tanto do ponto de vista de várias legitimações das diversas formas de intolerância, quanto sobre os passos importantes na superação. Nos últimos eventos da parada gay de São Paulo o programa Saúde e Direitos foi convidado para apoiar eventos. Houve a coordenação de uma mesa sobre como as religiões podem con-

tribuir para superação da homofobia. Foi interessante. Houve representantes de várias religiões, todas elas provocaram esse mesmo debate, de discriminação, homofobia. Em alguns casos, nos casos das Igrejas cristãs, houve quem buscasse justificar teologicamente a homofobia. A sociedade reflete a condenação das relações homossexuais. Uma coisa que a gente se esquece é que nós vivemos em um país de mentalidade discriminatória. Essa mentalidade está introjetada na sociedade.

- Quero lembrar uma questão da mesa da superação da violência religiosa que acho passou despercebida em nossas discussões. Muitas vezes temos feito algumas pequenas confusões entre o que a gente pode considerar intolerância religiosa, no sentido que significa da relação da intolerância religiosa, e se relaciona à espiritualidade, à questão da teologia (no caso das religiões não-cristãs). A própria idéia do Estado. A Igreja Católica romana ainda tem assento na ONU. Essa é uma das lutas internacionais do movimento gay. Gays e lésbicas lutam no mundo inteiro contra isso. A gente acha que em pleno século 21, a Organização das Nações Unidas (ONU) ainda tem uma questão a resolver, que é o assento de Roma na ONU. São os problemas que temos pensado, porque vivemos hoje em um mundo em que essas relações em rede dos estados permeiam todas as relações locais. Quando a colega acha que a prostituta não é algo em que se possa investir. Quando penso em intolerância religiosa, penso nas instituições envolvidas. Em vez de achar ruim a gente está considerando bom. Porque a gente vai fazer a próxima reunião em Piracicaba e a gente vai dizer: então, ensina pra gente! Dom Maurício falava que as Igrejas devem pensar as entidades locais, rediscutir. Afinal de contas, qual são as nossas posições? Porque a gente pensa uma coisa muito clara que foi mais de uma vez dita aqui, essa perspectiva da transformação, essa mudança.

- Gostaria de fazer algumas considerações sobre a intolerância e trazer para compartilhar com vocês. No mês de maio (2009) eu fiz um curso no Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep) de



militantes cristãos e eu era a única de matriz africana e teve uma mesa que estavam o Jung Mo Sun<sup>53</sup> e o pastor Ricardo Gondim, da Assembleia de Deus. Quando os pastores estavam vendo os casos de intolerância religiosa, e no Rio de Janeiro o caso dos garotos que invadiram o terreiro<sup>54</sup> e quebraram tudo e a Igreja mandou advogado, o pastor falou que estava certo. Como é que eles viam a postura daqueles pastores? Eu fico me perguntando isso, a respeito da responsabilidade que as Igrejas têm na formação dos seus fieis, porque não adianta chegar lá e fazer um discurso positivo no púlpito e no furdunço o que sai é um incentivo à violência. Então, eu sei que a tolerância é pouco, eu sei que o medo da legislação também é pouco. Não é isso que eu quero, mas agora pra mim basta andar pelas ruas de conta e com Ojá<sup>55</sup> para me apontar e me chamar de filha do diabo. Eu não quero isso. Eu não quero isso para ninguém porque é demais, é afronto demais. Eu não faço isso com ninguém e não quero que façam isso comigo. Acho que a gente tem que sair daqui, que esse é o papel formador da sua Igreja, e pensar como é que isso chega aos seus fieis; qual é o pensamento que sai dali da Igreja, porque as vezes faz um discurso lindo ali na Igreja, um discurso super positivo, mas sai da Igreja e reproduz um outro tipo de comportamento. É responsabilidade de uma Igreja também. Eu cresci em uma Igreja, a minha formação ecumênica veio de uma Igreja Presbiteriana, e eu tenho orgulho de falar isso. Para mim, é importante ter me formado em uma Igreja Presbiteriana. Por isso eu sou o que sou hoje.

- Primeiramente gostaria de me apresentar, eu sou mulçulmano, sou estagiário de KOINONIA. Eu quero agradecer por estar num ambiente com um debate tão rico, é muito importante estar aqui. Eu nunca tinha assistido um debate tão

<sup>53</sup> Professor da Universidade Metodista de São Paulo

<sup>54</sup> Quatro integrantes da Igreja evangélica Nova Geração de Jesus Cristo foram presos, acusados de invadir um centro de umbanda no Catete, zona sul do Rio de Janeiro, e quebrar cerca de 30 imagens religiosas. O caso foi registrado na 9ª Delegacia Policial.

<sup>55</sup> Ojá tipo de torço ou turbante usado na cabeça nas religiões afro-brasileiras.

importante, inclusive nesse aspecto da intolerância religiosa. Eu queria que esse fórum extremamente importante fosse estendido para África. Porque na África há muito preconceito nesse aspecto de intolerância religiosa. Fiquei um pouco triste com a história da mãe da Jaciara, porque ela parece com a minha mãe, idêntica a minha mãe. Fiquei triste com a situação dela e da mãe dela. Temos que aceitar o diferente, como uma forma de viver em união. Uma forma feliz.

- Estava pensando em fazer uma reflexão de afirmação que ouvi um tempo atrás, que intolerância está muito aquém daquilo que propõem o próprio evangelho. Tolerar não é nada na realidade, e a gente está trabalhando contra a intolerância. Quer dizer, é uma ré que a gente dá, que nem a tolerância a gente está conseguindo deslumbrar; aquilo que propõem o movimento ecumênico, que é de caminharmos juntos com o diferente, que é bem diferente da tolerância. Então, eu estou um pouco chocado com o percurso da nossa história porque parece que, em vez de a gente avançar, a gente ta regredindo. Eu me lembro que na década de 80, a discussão aqui nessa roda, aqueles que fazem parte desse tempo, era bem outra. Nós víamos os grandes monstros, os macros problemas. Então, discutia aqui a influência dos Estados Unidos, uma dura potência, a eliminar a possibilidade de existência de vidas nos países subdesenvolvidos. A gente discutia dívida externa. A gente tinha preocupações de outra ordem, e os micros problemas parecem que não existiam nas rodas de discussão. Jamais se discutiria naquele tempo a intolerância do tipo que o Bispo Mauricio trouxe aqui. Que o Bispo trouxe, de questionar sobre o batismo em sua religião. Seria uma coisa completamente fora de agenda. Estou pontuando uma constatação que me choca, que parece que a gente não consegue avançar. Ao estarmos pautando a questão da intolerância, indicando a tolerância, o que é muito pouco. O que se pretende mesmo é caminhar junto com aquilo que é diferente. Então, eu vejo essa constatação e me parece que a grande dificuldade que nós temos como pessoa e instituições, é a capacidade de superar o outro. E fiz uma pequena reflexão a respeito da homos-

sexualidade, quando na Igreja Anglicana a questão não é tão pacífica como se imagina. Quase a metade da Igreja é contra que o sacerdote seja homossexual; se acolhe de forma tranquila os homossexuais na Igreja e persegue aqueles que têm uma postura diferente. Então, eu tentei escrever algumas palavras que diz mais ou menos o seguinte: na realidade todos aqueles que perseguem alguém ou algum grupo, ou segmento, na realidade está perseguindo a si mesmo. Porque aquilo que está no outro me afeta tão profundamente ao ponto de investir sobre ele até em ação de homicídio. Eu perguntava nesse escrito quem, na realidade sou eu?

- Quero pontuar o avanço nas relações de superação da intolerância religiosa. Sei que a Yalorixá Jaciara evita falar isso porque parece que ela está encarnando uma bandeira. Como ela mesmo disse, a garota propaganda da intolerância religiosa. Quero registrar alguns avanços: há a própria vitória exercida em primeira instância no processo contra a Universal; há o reconhecimento nacional do Dia Nacional Contra Intolerância Religiosa, 21 de janeiro, que é justamente o dia de falecimento da mãe de Jaciara; há ainda algumas dificuldades, mas há o avanço de uma maior conexão inédita na história desses 10 anos do movimento negro e o povo de matriz africana; o tema intolerância propiciou essa conexão. A pauta se tornou pública e nacional, não está avançando como gostaríamos, mas cada vez mais é um tema de debate público.

- Eu queria fazer uma pequena colocação com respeito a essa questão. Nós fazemos parte da cultural ocidental. A cultural ocidental é cristã e esse cristianismo desenvolvido é um cristianismo extremamente exclusivista. Na medida em que é exclusivista, ele não admite a diferença. O Deus do cristianismo é um Deus egoísta, defensor dessa cultura que não admite formas alternativas, e isso está profundamente assentado no consciente. Eu diria que a questão da tolerância é uma pequena concessão que se faz no sentido de se garantir, Isso não tem nada haver com o evangelho, isso nós herdamos da cultura greco-romana; os bárbaros têm que ser mantidos à

distância, eles não têm espaço. Esse é o discurso de Cícero para que a hegemonia do Império continue. A gente tem que mudar um pouco esse discurso, e agora estou falando como pastor, como membro de uma instituição desse cristianismo globalizado. A Globalização começou no século passado. Há muitos anos atrás, para chamar atenção para esse aspecto. Essa afirmação da nossa teologia cristã ocidental - com todas as suas variações, seja muçulmana ou protestante - é a afirmação de um Deus absoluto, de uma forma de leitura e representação das formas de convivência que precisa sofrer uma mudança bastante radical. Não basta acrescentar adjetivos. O Deus da teologia da libertação é o Deus da teologia da restauração, em outras mãos, mas o mesmo Deus. Isso implica em um processo de formação continuada. Nossas crianças são enrugadas pelos desenhos animados da televisão, aonde esse Deus é todo poderoso e absoluto, que continua a ser representado nas diferentes formas humanas, desde super-homem (Jesus Cristo americano). Todas as figuras de desenho japonês são a cópia do homem aranha, do he-man, etc. Todos reproduzem o modelo do super-homem americano: do bom moço, branco e super-herói. Há uma leitura teológica supostamente centralizada através da mensagem imperial cristã ocidental nessa formação, porque essas representações estão combatendo aqueles que são diferentes. Combatendo aqueles que não rezam a mesma cartilha liberada pela estrutura do modelo dominante. Há uma dominação da televisão na rua. Nas eleições na cidade de Juiz de Fora, uma candidata da esquerda perdeu a prefeitura. Ela tinha a maioria das intenções de voto, mas os evangélicos liderados por um líder Batista, entraram em cena apoiados pelo candidato oposto - do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) - levantando a bandeira da anti-homossexualidade e supostamente essa candidata seria homossexual. E ela perdeu as eleições.

## Reflexões Responsivas

### **Bispo Maurício Andrade**

O caso da lei da questão do aborto e da questão contra homofobia, que unem pentecostais, católicos, protestantes, em diferentes raízes - até espíritas -, mas todos na questão do fundamentalismo. Um dia desses chegou uma pessoa dessas da catedral em Brasília e disse assim: *“Olha Bispo, eu estava lá em Maceió e uma pessoa aí que era Senadora (Heloísa Helena), candidata a presidência pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), disse que o senhor está fazendo campanha a favor do aborto.”*. Argumentei, *“Eu fazendo campanha a favor do aborto?”*. Ela disse: *“Não, porque o senhor foi convidado para assinar o abaixo assinado contra a lei do aborto; houve aquela marcha pela vida em Brasília e o senhor se negou a participar”*. - *“Eu me neguei porque não sou a favor daquela forma que eles estão propondo e não vou assinar”*. Em tese nós seremos contra o aborto, mas ali precisa ter uma discussão da generalização de como se coloca. É a mesma coisa com a homofobia. Agora, dentro dessa realidade da sexualidade, para mim é um ponto muito forte hoje. E falo da experiência de nossa Igreja. Da Igreja Anglicana que temos vivido já ao longo dos 7 e/ou 8 anos, de muita discussão e muito debate, porque dentro dessa nossa discussão, seja ela em estudo bíblico, seja ela teológica, não passa a discutir sobre corpo, não passa sobre desejo, não passa a discutir sobre prazer. Ainda não passa certas discussões. E aí, isso nos coloca dentro de uma dificuldade como essa situação que Eliana Rolemberg nos fala, sobre o apoio da Cese. A Cese não estava apoiando, em si, uma caminhada gay; mas A Cese estava apoiando, e espero que continue apoiando, a afirmação dos direitos sexuais. Nessa construção precisa continuar apoiando. Agora é uma discussão que nós falamos há anos atrás, que é a discussão sobre o movimento negro. A gente mais branca e menos negro, como eu, por exemplo, que queria participar do movimento. E o movimento dizia que você não é negro, e não pode participar. A gente precisa compreender que todo movimento que está na marginalização tem suas posições e tem que se afirmar. E também as questões dos homossexuais. Hoje, na relação da vida das Igrejas, em muitas situações as pessoas não estão sendo julgadas ou referendadas por sua sexualidade, mas

por sua liderança, sua situação, aquilo que ela pode fazer. Como construir isso? É um caminho longo. É um caminho de muita barreira, por conta do próprio conceito de discriminação que a gente tem entre nós. E, às vezes, a gente pode aceitar o que está mais distante, mas do que o que está mais próximo. Eu sempre digo que na Igreja Anglicana, não estou falando de Igreja Anglicana fora do país e sim dentro do Brasil, aqui no nosso contexto, a presença das pessoas que vivem a sua homoafetividade é compreendida. Não diria naturalmente, mas está trazendo essa discussão para dentro da Igreja. Há dez anos aqui no Brasil, estávamos dizendo assim: *“Isso é discussão dos EUA e da Inglaterra”*. Não! Essa discussão é nossa; não dá para colocar um véu sobre isso. E sejam liderança leigas ou lideranças clericais na Igreja, e que têm sua orientação sexual e vivendo a sua homoafetividade.

Queria convidar para que cada um e cada uma pudesse abrir seu dispensário de virtudes, que é o baú muito grande onde cada um de nós carrega com as nossas tradições, nosso passado, o que a gente vive, o que a gente traz na formação, para a gente compartilhar e repartir para alguma transformação. Nós temos uma publicação do Clai chamada *“Sexualidade e Direitos Humanos e Direitos Reprodutivos”*. Uma cartilha que já foi utilizada por alguns de vocês que já participaram de oficinas do Clai. Mas, sobretudo, precisamos abrir nosso baú, nosso dispensário de virtudes. Entender que cada um tem uma coisa que trazemos de nossas tradições e nos deixarmos ser abraçados pela misericórdia do Cristo.

### **Dóris Bertolino**

Uma das iniciativas na área de direitos sexuais é exatamente essa que falei. Outras iniciativas, passo para a Ester Almeida fazer essa pontuação.

### **Ester Almeida**

Acho que nesses 27 anos de epidemia do HIV/Aids nós podemos ver alguns benefícios e um deles foi trazer o tema da sexualidade para dentro desses espaços religiosos. Quando

nos propomos a trabalhar com a prevenção e HIV/Aids nessa área de saúde, cuidar da saúde, cuidar do corpo, os temas sexualidade e direitos sexuais, diversidade sexual, vêm juntos. Estava lembrando aqui que há dois anos atrás fui chamada para realizar um curso em uma Igreja em Araraquara, interior do estado de São Paulo. Foi em uma Igreja Presbiteriana. Fomos chamados para trabalhar o tema da prevenção HIV/Aids, mas senti que tinha uma coisa errada naquele curso, uma preocupação que eu não estava conseguindo perceber. Todo mundo perguntando muito sobre diversidade sexual, o que é travesti, o que esse movimento GLBT, o que bissexual, os transtêneros.... Aquela tempestade de questionamento era porque existia uma realidade dentro da Igreja e eles não sabiam como trabalhar. Existe o movimento contrário também. O programa Saúde e Direitos permite que as Igrejas comecem a repensar a questão da sexualidade, dos direitos sexuais; de forma muito tímida, com muitos receios ainda, mas esse espaço começa ser reconquistado. Tanto que nos subsídios metodológicos tem uma cartilha, Aids e Igrejas: um convite à ação, que nós editamos no ano retrasado e em um dos capítulos o tema é diversidade sexual. Falar em diversidade sexual dentro de um espaço religioso é complexo. Esse tema começa a fazer parte de nossa discussão. Estamos mais próximos do Centro de Referência da Diversidade Sexual de São Paulo, para nós trabalharmos e trazer essa política para um reconhecimento maior. Então, quando vem esse questionamento de qual é o papel, qual é o trabalho do programa Saúde e Direitos, é o de buscar esses espaços a partir do tema saúde e direitos; de buscar temas como sexualidade, diversidade sexual, direitos sexuais, e trazer para o contexto religioso. Não estamos sozinhos, porque ninguém faz esse trabalho sozinho. Precisamos trazer pessoas que entendam desse assunto, pessoas que tenham uma caminhada de militância.

### **Dóris Bertolino**

Eu também quero agradecer por estar participando dessa mesa, nesse momento muito importante. Quero reforçar a

importância da formação de multiplicadores na prevenção do HIV/Aids. Através desse programa nós temos trabalhado essa questão da intolerância. Tem sido muito rica a condição de podermos estar com outras religiões, falando a respeito, e também fazendo o dia-a-dia dessa tolerância religiosa. Acredito, como a Ana falou, que nós como liderança de Igreja temos que repensar aquilo que passamos para nossos congregados. Eu tenho essa experiência agora que estou fazendo com o Ministério da Educação. E o ministro procurou as Igrejas cristãs rapidamente porque as lideranças têm forte influência sobre a família, através das lideranças religiosas evangélicas. As crianças poderiam ter uma educação melhor. E eu reforço na questão da intolerância. Nossas lideranças precisam repensar aquilo que estão passando em termos de ensinamento para nossos meninos, nossas meninas e nossas famílias, porque é isso que está refletindo lá fora. Eu quero fechar com dois textos. Primeiro é Efésios capítulo 2 e 10, que diz que nós fomos chamados para servir, para trabalharmos, para estarmos promovendo o outro. E na promoção não existe intolerância. E com um versículo de Lamentações de Jeremias, que diz *“quero trazer a memória aquilo que me dá esperança”*.

### **Jaciara dos Santos**

Queria só dizer que estou feliz em ouvir falar em homofobia e de gênero, e o que o Bispo Maurício Andrade falou sobre meio ambiente. São coisas que me preocupam, porque o povo de Candomblé passa por toda essa dificuldade de intolerância religiosa e agora com o aquecimento global, também. Na minha comunidade já cogita, em algumas igrejas, que o Candomblé é o culpado do aquecimento por causa das oferendas. Tanto que, na cartilha eu falo que o Candomblé, antes de se falar do aquecimento global, antes da questão ambientalista, a gente cultua a força da natureza. Oxum está na força das águas do rio e Iemanjá no mar; Oxossi na mata, no tempo, no ar que respiramos. Isso é algo que se organiza para desafri-canizar e tirar nossa forma de viver, como nossa fé e nossa



ancestralidade. Só queria citar isso, falei da questão saúde, inclusão, acarajé e meio ambiente. Nós já temos alguns espaços que pra nós do Candomblé são sagrados, que é a extensão do nosso templo, do nosso Terreiro, nesses espaços é proibido fazer certas oferendas.

Eu queria agradecer a Rafael Soares de Oliveira<sup>56</sup>, porque estava falando aqui do dia 21 e do processo da Universal, por ter ido ao tribunal como réu e o povo de Candomblé cantando para Xangô. Eu estou muito feliz e saio daqui fortalecida, em todos os assuntos: gênero, homofobia, prostituição, homossexualidade, tudo. Estou com cinco aninhos de idade e acreditando na mudança.

<sup>56</sup> Diretor Executivo de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

## **Cooperação Internacional e desenvolvimento transformador**



## Desafios da Cooperação Ecumênica em tempos de crise ou gerando oportunidades

**Mara Luz**

Quero compartilhar, a partir da experiência da Christian AID<sup>57</sup>, que é um instrumento Diaconal de 42 Igrejas, Protestantes e Ortodoxas da Grã Bretanha e da Irlanda, e também incluir algumas reflexões que nós temos feito do EuroPAD.

Dois pontos centrais: O que são considerados desafios da Cooperação Ecumênica e pensar a crise, que é a grande palavra do momento. A crise como oportunidade.

Então, sobre a questão dos desafios, nós temos na verdade três grandes desafios hoje, já pensando a partir da perspectiva da Cooperação Ecumênica e das agências europeias. O primeiro ponto é a questão das exigências no contexto europeu. As exigências em termos dos públicos, da questão dos governos, quando a agência tem mais recurso governamental, no caso da Holanda, por exemplo. Também o problema do pertencimento das Igrejas aos organismos ecumênicos. Quando são agências que tem mais de uma Igreja fazendo parte.

Também tem a questão das exigências dos doadores institucionais. Existe também o novo fenômeno, principalmente na Grã Bretanha, que são campanhas organizadas pela mídia para desacreditar a questão do desenvolvimento internacional. A ideia é de que, efetivamente, os recursos não acabaram com a pobreza. Então não vale a pena mais transferir recursos. No caso da Grã Bretanha, o discurso é sofisticado e contam com pesquisas acadêmicas para desacreditar essa questão. Todos esses anos de recursos não resultaram em nada, e esse dinheiro tem que ir para outro lugar. Essas são as exigências que os diretores, as Igrejas, as diretorias, as agências sofrem de maneira cotidiana.

Outro ponto é a crescente dificuldade de defender o apoio ao Brasil. Alguns de nós lembramos que há 10 anos, a grande discussão eram os países de renda média; que não se devia

<sup>57</sup> Saiba mais sobre a Christian AID no site: <http://www.christianaid.org.uk/>.

mais apoiar o Brasil e mais da metade da América Latina, porque eram países de renda média. Era uma briga para defender que os temas nesses países eram desigualdade e desrespeito aos direitos. Eu começo a sentir saudades desse debate. Que foi muito duro há 10 anos, mas que a gente tinha mais elementos.

Hoje as agências têm um problema muito grande frente à popularidade do governo Lula. A questão da liderança internacional que Lula joga a nível internacional, de defender que o Brasil ainda precisa de recursos, que tem parceiros que vale a pena. Porque o Lula chega, abraça e diz que tudo aqui está resolvido. Então a nível internacional é uma conjuntura muito complicada. É um grande desafio a necessidade de buscar novas formas de comunicar as potencialidades do Brasil, continuar defendendo que o Brasil permaneça no mapa da Cooperação Internacional.

No caso da Christian AID, temos feito um reforço histórico pela presença do movimento ecumênico brasileiro, que é um elemento que nos diferencia de outros países e que tem que ser reforçado. Outro elemento é a vitalidade do movimento social.

Um terceiro desafio é a crise financeira global, os impactos concretos na vida das pessoas, o desemprego, a instabilidade, a redução da arrecadação. Durante muito tempo o tema da sustentabilidade, para nós da família ecumênica, da viabilidade econômica do movimento ecumênico, discutimos nas agências do EuroPAD, quase todos os dias, o tema da sustentabilidade das agências. Atualmente, a Christian AID prepara um documento aonde aborda o tema sustentabilidade, a sobrevivência das agências e da proposta ecumênica.

A crise pode ser um momento que nos paralisa, que nos acomoda, que nos deixa nas zonas de conforto de cada um, ou a crise pode ser um momento de oportunidade de superar, reforçar, aprofundar algumas questões. A Christian AID prefere acreditar que a crise tem que ser um momento de oportunidade. Um momento que nos desafie, além de administrar programas. Então, nesse sentido, nós identificaríamos

as principais áreas que poderiam ser chamadas de oportunidades. Primeiro, avançar nos mecanismos comuns, colocaria assim bem militantemente, combater as fragmentações no sentido de que existem já mecanismos históricos da família ecumênica. Mesas redondas, consultas, espaços, de fóruns e de iniciativas conjuntas. Avançar nesses mecanismos e não cair, talvez, num jogo que é mais histórico nosso, de cada um na sua, fazendo as coisas.

Avaliamos com o PAD (Processo de Articulação e Diálogo), um processo que tem as suas idas e vindas, as suas contradições internas, não é um processo tranqüilo, mas com uma experiência bastante importante de articulação Norte/Sul, Sul/Sul e Norte/Norte no momento em que as agências também sentam para conversar e se desafiar mutuamente. Um elemento que foi considerado bastante importante, até na avaliação do Diretor internacional da Christian AID, é a articulação Sul Americana para a última Assembleia de ACT em Buenos Aires. Foi um elemento bastante importante.

O segundo ponto é superar um modelo de cooperação que nós temos avaliado como muito tradicional em termos de transferência de recursos. O que é muito cômodo para as duas partes. Christian AID tem usado um conceito bastante forte, uma west union ecumênica, que não é só uma questão da transferência automática de recursos, mas que efetivamente você tem que ter alguns elementos.

Discutir honestamente o tema da dependência, e aqui eu queria dizer que a dependência não é só a dependência dos parceiros do Sul em relação aos recursos financeiros que possam vir do Norte, mas também a dependência de muitas áreas de conforto das próprias agências, de alguns tipos de parceiros. Quando fala da comunicação da Christian AID, eles têm um parceiro e um tema só que eles querem que seja trabalhado. Quando diz que o problema do Brasil é muito maior em determinada temática, é uma coisa, é uma revolução. Tem áreas nas agências extremamente dependentes de certo tipo de

parceria, e de tema que é moda. No Brasil, durante muito tempo o tema era criança de rua. Mesmo que não tenha prioridade número um.

Tem elementos concretos, que é essa questão de criar alternativas mais globais de campanhas, de discussões que sejam de um tema mais mundial. Acho que a questão do Jubileu foi um grande avanço no passado. Tem a proposta da discussão sobre desenvolvimento que fazem parte da ACT. Nesse momento o tema das mudanças climáticas é um tema que tem juntado muito a cooperação ecumênica. Tem o material sobre a questão de Copenhagem e todos os esforços que estão sendo feitos por parte das agências ecumênicas de que efetivamente a questão de Copenhagem, e das mudanças climáticas, não sejam apenas a questão do tema da redução da emissão de carbono, mas que seja um tema muito mais amplo, muito mais político e que afeta a todos.

Um terceiro ponto, a colaboração mútua para maximizar os resultados. Como se consegue mostrar que a partir de um pequeno apoio tem um grande resultado? Trimestralmente, temos que fazer um relatório de avanços do programa e uma das perguntas sempre é “O que aconteceu nesse trimestre?” Dizer que o pequeno apoio da Christian AID é muito pequeno em relação a outros países, que teve efeitos concretos. Teve uma capacidade de multiplicação. Então, como conseguir, efetivamente, mostrar isso a partir do trabalho dos parceiros?

Uma das grandes oportunidades dessa crise é aprofundar um modelo de parceria. Em alguns momentos usamos a palavra parceria quando cometemos erros. Quando reforça e atualiza o tema da parceria, ele tem que ser um pouco mais profundo, no sentido dos dois lados. E nesse sentido, eu acho que é a atualização do que significa parceria no momento da crise. Ela tem que ser o eixo central da cooperação ecumênica. Mas não aquela parceria vazia, que é um puxar de orelhas quando tem um erro, mas é muito mais no sentido de reconhecer, debater e brigar também, sobre os desafios mútuos. E isso não é apenas quando o Conselho Mundial de Igrejas nos convoca

para uma reunião. Eu sinto que o exercício da parceria é cotidiano. É prático. Um exemplo é quando nós temos uma semana para colher assinaturas de dirigentes religiosos do Brasil para um documento da convenção anti-corrupção da ONU e solicitamos ajuda a KOINONIA, ela adiciona o documento em inglês no site institucional. Isso é uma questão cotidiana. Essa capacidade da gente no dia a dia de fazer as coisas e fazer de maneira rápida. Então, reforçar e atualizar o princípio, reconhecer os desafios mútuos e concretizar o dia a dia.

É muito importante, não perder a perspectiva da parceria quando se tem um esforço de busca de novas fontes de recursos. Talvez trazendo um elemento de KOINONIA. Enquanto nós entramos numa parceria com União Européia, com o governo Britânico, com outros atores, como efetivamente tem que se resguardar o tema da parceria?

A família ecumênica precisa cuidar para que os parâmetros das relações sejam os das parcerias e não o que a União Européia quer que nós façamos. O parâmetro da União Européia não tem essa vivência histórica da cooperação ecumênica, não é ligada a uma denominação, a uma expressão mais religiosa.

Como manter a parceria, quando você precisa buscar recursos de outras fontes aonde você não tem o controle total da situação? E vai aumentar cada vez mais. Por causa da crise, cada vez mais esse tipo de recurso será a alternativa. Como nos prepararmos com os parceiros e com os terreiros, no caso específico do projeto com KOINONIA?

Um quarto elemento seria a solidariedade. Parceria também significa solidariedade dos parceiros aos momentos difíceis das agências. Recordo como foi importante, quando alguns meses atrás, foi mandada uma carta sobre a questão dos impactos da situação econômica nos trabalhadores britânicos e alguns parceiros enviaram carta de solidariedade.

Então essa questão da solidariedade, eu acho que ela também tem que ser dita. E esse momento é um momento de

decisões difíceis, de priorizações. Essa parte da solidariedade tem que vir dos dois lados. Estamos atrás do modelo de transferência de recursos. Isso talvez não seja um elemento tão importante, mas nesse momento sim, principalmente para aquelas agências que não estão optando pelo caminho fácil da concentração geográfica e da concentração temática.

Falando nesse ambiente ecumênico, para nós é fundamental compartilhar cada vez mais as lições e as energias das experiências ecumênicas brasileiras com as Igrejas da Grã Bretanha e da Irlanda. Essa é a grande palavra de ordem nesse momento. Porque o movimento ecumênico britânico está em crise, tem muitos questionamentos, tem muitos problemas. A experiência brasileira bem sistematizada pode ser um elemento de inspiração. E nesse sentido, numa reunião que nós fizemos com os parceiros ecumênicos em Brasília, final de maio, nós identificávamos alguns temas fundamentais, com o diálogo pentecostal ou com as experiências do diálogo pentecostal no Brasil, com todas as limitações que possa haver são importantes para alimentar essa discussão.

O tema do diálogo inter-religioso é um tema que também afeta outros programas da Christian AID no mundo, com a questão muçulmana, com a questão das Igrejas e com as culturas das chamadas escolinhas. Um terceiro elemento é a questão da presença anglicana nos organismos ecumênicos brasileiros. Alguns setores da Igreja da Inglaterra hoje, que é o principal sustentáculo da Christian AID pelo seu tamanho, questionam a continuidade de pertencer a Christian AID e trabalham no sentido de criar uma agência específica. É importante mostrar para a Grã Bretanha que a Igreja Anglicana do Brasil faz parte e trabalha com KOINONIA; faz parte da Cese, está presente no Conic, este é um elemento estratégico no nosso contexto. Sobre a juventude imigrante, as Igrejas Britânicas não estão conseguindo atingir essa temática.

E por último, nesse encontro em maio, o Paul Valentim termina falando que tem três palavras importantes nesse mo-



mento: Uma é compromisso. Temos que reforçar o compromisso. Outra é a honestidade. Quanto mais honestos formos, avançamos mais nessa questão da parceria. E a questão da criatividade, de não continuar fazendo as mesmas coisas sempre porque assim foi.

Vamos inspirar juntos. Neste momento de crise tem que ser um momento de conspiração da família ecumênica, daqueles que se sentem parte desta. Se nós não inspiramos juntos, aí sim é que a crise vem e nos leva como uma onda.

### **Cooperação ecumênica: velhas e novas questões** ***Eliana Rolemberg***

Só para começar eu acho interessante a gente situar, porque da minha parte não é tão tranquilo, como de uma agência como a Christian AID, com uma posição marcadamente ecumênica, mesmo que tenha tido momentos de dificuldade de afirmação. Onde entram as agências que não são tão marcadamente ecumênicas, com esses requisitos apresentados pela Mara, de Christian AID? A gente pode até tocar no nome da cooperação internacional, mas a nossa visão está mais centrada na cooperação ecumênica. Então, é desse ponto de vista que eu apresento algumas questões.

Vou trazer uma série de questões, que coloco como questões antigas e novas. A pobreza e desigualdade não saíram nunca da pauta quando nós falamos de cooperação ecumênica. Só que ela vai aparecendo diferente. Havia um momento em que se falava muito só de combate a pobreza e na administração da pobreza. O nosso continente teve um papel muito importante na afirmação de que a pobreza não anda sozinha. Ela tem raiz na desigualdade e na injustiça. Entrando a favor no vocabulário, no momento global da cooperação ecumênica.

Só que entram também os novos atores. Misturado com a cooperação ecumênica tem também, o chamado terceiro

setor. Este terceiro setor, que não significa exatamente movimentos sociais. É o terceiro setor que traz uma mentalidade de formação de institutos e fundações empresariais, por exemplo, e que estão sempre dizendo que eles estão na linha de frente no combate a pobreza. Traz junto, também, uma diversidade de concepção de desenvolvimento. Aqui estamos falando do desenvolvimento transformador. E não é só uma fala de um conceito que foi criado de repente. Esse conceito é fruto de todo um aprofundamento e sequência, na época, inclusive, da formação da aliança da família ecumênica.

O enfoque de direitos, que também sempre está presente de uma forma. Às vezes, se fala da importância dos direitos, mas não se faz a ligação de direitos e desenvolvimento. Não pode haver um desenvolvimento transformador sem a operacionalização dos direitos na sua integralidade. São questões antigas e novas na relação das agências de cooperação ecumênica com nossos parceiros e o governo.

Tudo depende do tipo de governo, que respeita as agências ecumênicas, o grau de dependência que tem de recursos e a diferença de visão. Não é só uma diferença de visão de agência para agência, mas dentro de uma mesma agência. Eu vou dar um exemplo. Dentro da Icco<sup>58</sup> hoje, tem duas visões, da Kerk in Actie<sup>59</sup> e outra ligada com governo e a concepção neo-liberal.

As agências não são monolíticas. Tem a questão da captação de recursos. Não estou falando de mobilização, mas de captação. Porque tem uma diferença, captar, a gente vai lá e pega os recursos. A mobilização implica em toda uma concepção de como se conseguir recursos, não só financeiros, mas recursos humanos, recursos pedagógicos. Mobilização com pressão. Mobilização pressupõe também mobilização política. Captação não. Onde vamos conseguir fundos? Vamos conseguir com as multilaterais? Vamos conseguir com as empresas?

<sup>58</sup> Saiba mais sobre ICCO no site: [http://www.icco.nl/delivery/icco/pt/index.phtml?p=start\\_pt](http://www.icco.nl/delivery/icco/pt/index.phtml?p=start_pt)

<sup>59</sup> Saiba mais sobre Kerk in Actie no site: <http://www.kerkinactie.nl/>

No Norte tem aumentado muito a competição entre agências que captam recursos. Todo mundo sabe, por exemplo, que a Visão Mundial tem competido muito na Alemanha, principalmente em captação nas campanhas de Pão para o Mundo<sup>60</sup>. E no Sul, muitas agências que não são necessariamente ecumênicas. Temos tido exemplos de outras agências que captam recursos hoje no Brasil e com isso estão competindo também com os parceiros brasileiros. E agências que se propõem a facilitar a capacitação dos parceiros para que eles estejam em condições de conseguir recursos. A marca d'água do PAD é uma parceria de diálogo, de articulação.

Quero falar um pouco nessa questão das famílias. Marcadamente tem a família Oxfam<sup>61</sup>, a família CIDSE<sup>62</sup> e a família ACT, que é a ecumênica, A primeira família que se afirmou é a família Oxfam. Hoje temos a Oxfam Brasil, Oxfam internacional, Oxfam de vários lugares. Tem a Novib que é da Oxfam. Essa família hoje, enquanto Brasil, está se desestruturando um pouco. A Novib já anunciou que está saindo definitivamente do Brasil. No caso da família CIDSE não é porque é católico. O que a gente nota na prática que CIDSE no Brasil não tem muito consenso de atuação. Então acaba se afirmando muito mais Cáritas do que CIDSE, enquanto família. Agora, a família ACT que é a ecumênica, vai engatinhando e a gente espera poder realmente reforçar essa família, para que ela possa ganhar espaços.

Tem os processos de descentralização diferenciados de uma agência para a outra, continuam alguns fundos delegados chamados programas de pequenos projetos, ou somente fundos para apoiar pequenos projetos. Estou chamando de pêndulo da cooperação, que é uma coisa interessante. Tínhamos no final dos

<sup>60</sup> Pão para o Mundo é uma ação das Igrejas Evangélicas regionais da Alemanha que tem como objetivo fazer justiça para os pobres. Como agência de cooperação, contribui para a erradicação da fome, da pobreza e da miséria social em projetos de apoio ao desenvolvimento. Sua principal preocupação é fortalecer a capacidade da população para que ela possa ajudar a si mesma. Disponível em: <http://www.polis.org.br/links/00000535.htm>. Acesso em: 25 nov. 2009.

<sup>61</sup> Saiba mais sobre Oxfam International no site: <http://www.oxfam.org/>

<sup>62</sup> Saiba mais sobre CIDSE (União Internacional de Agências de Desenvolvimento Católicas) no site: <http://www.cidse.org/>

anos 80, relações bilaterais muito marcadas e tem toda uma análise de como essas relações bilaterais dificultavam a vida, tanto dos parceiros quanto das agências. Por exemplo: reunião da Icco com seus parceiros e reunião de Pão para o Mundo com seus parceiros. Avançamos criando o PAD - Processo de Articulação e Diálogo; foi um processo articulado com agências e parceiros.

Há uma afirmação crescente da relação específica de agência por agência com os seus parceiros. E às vezes, num processo, até que demanda muito mais participação do que antes. Outra questão é que se conseguiu afirmar os Dhesca - Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, com a temática comum. No entanto, a gente nota que ainda falta muito. Uma vez que tenha se optado por isso e tendo feito a relação com o desenvolvimento, na prática devocional desse desenvolvimento nós ainda não estamos conseguindo. Então esse é um grande desafio. Cada vez mais a gente sente tudo caminhando para a Amazônia. Não totalmente, mas a tendência de várias agências é a Amazônia. E também temas que dão mais possibilidades de trabalhar com o Brasil. Por exemplo, no caso da Icco o tema que se afirma como prioritário é o tema da economia. Então, apoio a pequenas empresas, pequenos empreendimentos, formação de empreendedores. Mas nós temos sentido que essa é uma das questões que continua mantendo. As descentralizações que acontecem são por vários motivos. Um deles, que a gente de nota que realmente é isso, é economia de recursos. As agências que demandam em descentralizar, vão nos dar possibilidade de pagamento por terreno considerado uma atividade.

Outra justificativa é a co-responsabilidade. Nós não queremos mais definir políticas a partir da Europa, queremos definir juntos com os parceiros. E ainda tem uma terceira justificativa, de não poder avançar lá no país porque senão vão acabar nos confundindo com o movimento social do país, então vamos fazer duas ou três experiências. Essas têm sido as propostas para descentralização. Mas a gente nota que as modalidades de operacionalizar isso são variadas, de escritórios regionais, locais e, em alguns casos, são consultorias oferecidas pelos países.

A proposta de conselhos regionais. Um conselho regional é o órgão político que vai definir a política do próprio país e de escritórios locais e regionais, que vão operacionalizar administrativamente e transferir recursos. Descentralização de recursos, tanto financeiros, temáticos e de fortalecimento de capacidade. Tem havido por parte de algumas agências essa tendência a ajudar no fortalecimento de capacidade. Até pensando na dificuldade de sustentabilidade que existe hoje, como fazer com que essas capacidades tenham realmente um apoio institucional?

Com o conselho de descentralização continuam as prioridades temáticas e as regionais. A gente sente que a cada vez passa mais tempo fazendo relatórios e informes, evidenciando detalhes, para que isso possa realmente ser aprovado. E ainda, já tínhamos conquistado certa uniformização de prestação de contas e relatórios, e agora nota-se que voltou cada agência a querer a sua apresentação de contas diferenciada.

Como enfrentar esses desafios? Eu acho que o primeiro ponto é realmente pensar nessa diversidade toda, voltar a nossa discussão com a afirmação dos princípios e dos valores. Também a discussão do Dhesca, que passe a ser considerado como uma temática comum, pensando Dhesca como compromisso com a integralidade. Não dá pra ficar dizendo que a prioridade agora é o econômico. A gente vem discutindo há anos que a prioridade é um todo. É Direitos Humanos, onde tem direitos econômicos, sociais, culturais, e cada vez mais ambientais. Então, ou a gente trabalha um todo ou vai ficar realmente difícil continuar falando que nós temos um compromisso com os Dhesca.

Também aplicar os requisitos para o desenvolvimento transformador. Não aceitar que o Brasil seja hoje uma grande potência ou, como diz o Lula, não precisa de apoios externos. Quando a gente discute desenvolvimento transformador, nós não vamos discutir que o Brasil cresceu. Nós vamos discutir que o Brasil tem políticas assistenciais. Nós estamos querendo discutir a decisão de chegar realmente a um desenvolvimento

que respeite direitos, e que a gente consiga construir um outro tipo de país.

É um requisito para nós e ainda mais próximo do que nós podemos fazer. É cada vez mais reforçar a nossa articulação local, na medida em que foi formado um FE Sul - Fórum Ecumênico Sul, e que poderia desaparecer. Eu acho o contrário, o FE Brasil - Fórum Ecumênico Brasil, foi o sustentáculo de uma descentralização dessa aliança que ainda não conseguiu se afirmar. Ele conseguiu trazer para o continente, para o Sul do continente, para a América do Sul, essa questão da aliança. Então o FE Brasil é muito importante como impulsionador desse debate.

É preciso aprofundar a articulação em âmbito regional, porque estamos bem à frente, enquanto Brasil, da articulação que existe nos outros países. E isso não é ideia da minha cabeça. Eu estava contando para a Mara, durante a Assembleia de ACT, uma pessoa da Noruega me disse: - Mas como é possível o Brasil tão grande e com diferenças regionais tão importantes, conseguir uma articulação como essa? É impensável em qualquer país da América Central. Nós temos também que ajudar nessa relação América do Sul e América Central. Então a ACT é vista como uma outra oportunidade para se aprofundar, mesmo sabendo que a ACT tem uma diferença muito grande. As agências que estão lá se consideram ecumênicas. Mas a gente sabe muito bem de que algumas são realmente ecumênicas, e outras vão ter que batalhar muito para que elas não desistam.

É uma excelente oportunidade para que a gente possa discutir conjuntamente novas formas de mobilização de recursos. Porque até o momento o que se discutiu é como garantir a sobrevivência dessa aliança. Mas nós não discutimos ainda na aliança como nós podemos sobreviver do movimento ecumênico. A ideia de ACT era muito nesse sentido: seremos muitos, queremos mais poder. Então agora temos que tirar as conseqüências disso, para que a gente possa fazer base à sustentabilidade.

E uma última questão é sobre essa relação do Brasil hoje com as agências. Ouvindo a reunião de Christian AID em Brasília, e tenho sentido nas reuniões de um grupo consultivo que foi formado por mim, a análise do Brasil como protagonista gera um papel importante, como um país que pode ajudar a América do Sul, que pode ajudar, inclusive outras regiões a encontrar formas mais articuladas, e com uma intervenção mais profunda nas políticas públicas também de outros países.

### **Diálogos com promotores da solidariedade ecumênica**

A Cese tem um programa em que se prevê, a medida que uma entidade busca um projeto de apoio, que essa entidade entre com 50% do valor que ela necessita para uma determinada atividade. Acho que foi a primeira vez que vi uma proposição assim de apoio ecumênico, uma perspectiva em participação nacional no que diz respeito a recursos. A história das nossas entidades ecumênicas no Brasil são histórias de dependência absoluta de recursos externos, de políticas externas, bom humor das entidades internacionais e, na medida em que eles mudam as suas ênfases, nós temos que mudar as nossas ênfases aqui também. Vejo isso como uma coisa muito complicada porque a gente não consegue vislumbrar uma autonomia naquilo que se pretende de fato construir aqui no Brasil, na América Latina. A pergunta é: Como é que está a preocupação diante de toda essa discussão do apoio das agências internacionais e como está a preocupação com os apoios locais?

### **Reflexões Responsivas** ***Eliana Rolemberg***

É uma questão bem pertinente. Acho que existiam algumas experiências aqui no Brasil, de mobilização de recursos locais. Ainda é algo muito desafiador. Porque começamos, inclusive eu vou me referir ao exemplo da Cese, que é o que eu conheço mais de perto; embora tenham outros que se fosse o caso a gente poderia falar sobre eles, mas ia passar de cinco minutos. Então eu vou ficar na Cese.

Em relação à Cese, por exemplo, a gente teve um primeiro impulso de Christian AID. Na época, foi quem nos incentivou muito a começar algo no Brasil e a gente se inspirou nas campanhas, na semana de Christian AID, e começou uma campanha chamada Primavera para Vida. Só que nós percebemos que para conseguir mobilizar recurso, primeiro a gente tem que ter muito claro a visibilidade da organização. Se a organização não for uma organização com boa visibilidade é difícil arrecadar. Podem se arrecadar coisas simbolicamente muito importantes, mas em termos de resultados concretos, pequenos. Nós começamos com coletas nas Igrejas. E essas coletas às vezes vêm em moedas. Lembro de que as Igrejas mais pobres são as que mais contribuem. Tinha grupos, como teve um grupo de pescadores, e pra gente esse foi o exemplo mais bonito que teve, eles souberam da campanha e dedicaram um dia de pesca para a Cese. Então, a gente tem toda uma simbologia, a pesca, o barco da Cese, tudo isso foi muito bonito, mas também muito pequeno.

Então, as arrecadações que a gente tem conseguido são pequenas a partir de recursos. Mas a partir desse primeiro impulso, da gente ter tentado se capacitar, tem tido outros apoios que estão nos ajudando a criar outras formas. Hoje tem uma organização holandesa chamada Wilden Ganzen (Gansos Selvagens)<sup>63</sup> que tem apostado na Cese, principalmente voltado para projetos com crianças. Nós chamamos de dupla participação. Então, se incentiva grupos a apresentar pequenos projetos de até R\$ 6.000,00. O grupo se mobiliza para conseguir metade dos recursos e a gente dobra os recursos. Por enquanto é com o dinheiro do Gansos Selvagens, mas é um apoio para isso. E a partir disso são estimuladas várias outras formas de arrecadação. Por exemplo, a Petrobrás tem um programa chamado Petrobrás na Música. Essa Petrobrás na Música sempre tem a partir dos shows a arrecadação destinada a uma entidade que tenha fins sociais.



A Receita Federal arrecada aqueles materiais apreendidos, e materiais apreendidos também podem ser destinados a organizações que mostrem ser sem fins lucrativos, que tenham um trabalho social. A 4 anos a gente vinha tentando e conseguimos. Não um container inteiro, mas uma parte de um container. Então é um material que a gente pode vender e que o recurso pode ser utilizado pela organização. Tem outras organizações que tem trabalhado muito com recursos governamentais, e os movimentos sociais têm tentado isso. Nós temos levantado na Cese uma grande dúvida: Quando terminar o governo Lula como vai ficar esse tipo de apoio? A gente não sabe. E não sabe se buscar tanto recursos governamentais hoje, se isso não criou um tipo de situação que agora vai ser difícil de reverter. É uma dúvida que a gente tem. E outras organizações têm procurado muito apoio de empresas. Algo que demandaria muito mais que cinco minutos. Eu só vou levantar questões: Que tipo de empresa? Com que critério se faz isso? E também qual é o objetivo da empresa? A maioria das empresas tem seu próprio Instituto, sua própria Fundação, seu próprio projeto social. Mas é uma questão que cabe ser discutida como organização de recursos locais.

### **Mara Luz**

Um exemplo que se coloca aqui é de um discurso um pouco mais complexo do que a questão da corrupção, por exemplo. Então, é uma campanha de certos setores dessa questão sensacionalista dos tablóides, no sentido de desestimar, de que as agências da Cooperação Internacional não foram capazes de acabar com a fome. É um discurso um pouco mais complicado do que a questão só da corrupção, pelo menos nos casos do Brasil. É uma questão mais sofisticada, desestimar esse dinheiro, e claro que no momento de crise econômica o que você quer muito mais é redirecionar.

Toda aquela questão de que os governos estão num processo de aumentar a porcentagem de dinheiro do movimento internacional, até então estava indo bem para o departamen-

to de desenvolvimento internacional. Mas claro que hoje tem um movimento contrário, para diminuir cada vez mais isso. Isso ajuda esses setores que defendem que o dinheiro tem que ser usado internamente.

Tem essa questão de desestimação, que querem manter a fartura dos recursos. Esse não é um tema que se coloque de maneira tão complicada. Então, tanto o nível dos diretores como o nível dos departamentos de comunicação, têm que trabalhar muito e prever esse tipo de crise, e efetivamente se adiantar a esses tipos de comentários que possam vir. Eu não tenho acesso aos resultados, mas a ACT estava fazendo um estudo sobre a efetividade da ajuda a África. Acho que isso é uma questão importante de colocar na mesa. E claro, que isso parte muito da ideia da situação brasileira, de alguns setores de países do Norte que realmente deu uma ideia de que vai ser possível, de que a discriminação vai acabar e que tudo vai ser muito mais rápido. E agora, cai mesmo a consciência de que os processos estão muito mais lentos e complicados do que se possa imaginar. Não é que vai resolver o problema da desigualdade, da pobreza ou de guerra ou de outras coisas. Então é muito mais complicado de se pensar. É uma batalha cotidiana.

## Dez ações urgentes para o movimento ecumênico nas próximas décadas do século XXI

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

• **Gerar vivência comunitária libertadora nas Igrejas cristãs e comunidades religiosas de outras crenças** – Permanece urgente a necessidade de formação de espaços comunitários de convivência. O modelo hegemônico da sociedade é o da massificação, da despersonalização. Sucumbir a este modelo é perder a identidade fundamental da experiência religiosa, qual seja, promover interações humanizantes. Assim como, permanece urgente a promoção de experiências religiosas que facultem às pessoas superar todas as subordinações construídas socioculturalmente, até mesmo aquelas que negam o sacerdócio universal de todas as pessoas que têm fé – a igualdade fundamental de todos os crentes, de todas as crenças. Somente na afirmação de ações livres, construiremos libertações e promoveremos a superação das desigualdades sociais geradas por meio da lógica sistêmica capitalista.

• **Empreender ações em favor da justiça climática** – Há um consenso da comunidade científica sobre as mudanças climáticas como efeito direto das ações humanas no planeta. Os estudos realizados pelo Painel de Inspeção indicam que os países mais vulneráveis à mudança climática, em especial aqueles mais empobrecidos, são os que menos contribuem para tais alterações. Isto indica, claramente, a existência de uma injustiça climática. Na verdade, há um reconhecimento da dívida histórica dos países ricos, pelo continuado desastre socioambiental que provocaram. Por isso, em Poznan, ratificou-se a necessidade dos países ricos adotarem as medidas propostas no Protocolo de Kyoto – o qual tem ainda a resistência dos Estados Unidos. A comunidade ecumênica, dentre outros setores que lutam em favor da justiça socioambiental, reclama a necessidade de revisão dos acordos, incluindo uma cláusula de ressarcimento ambiental: quem polui, paga! (polluter pays!). Há uma dívida ecológica que não pode ser preterida.

Há várias situações sociais, presentes e futuras, que são fruto das mudanças climáticas, como aquela dos refugiados climáticos (pessoas que deixam suas terras em função dos desastres socioambientais) – há que se reconhecer a relação entre os desastres e as mudanças climáticas, constatando tratar-se de injustiça socioambiental, que reclama reparação. Além disso, é necessário contribuir para a adaptação socioambiental necessária para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. O Secretário-Geral da ONU Ban Ki-Moon, em novembro de 2009, fez a seguinte declaração aos líderes religiosos sobre o papel que eles têm em relação à mudança climática: As comunidades de fé mundiais ocupam uma posição singular na discussão sobre o destino de nosso planeta e sobre os impactos da aceleração da mudança climática. São vocês os líderes que têm o maior, mais amplo e profundo alcance.

- **Ampliar o espaço de participação e de decisão das mulheres** – É um fato que os últimos anos assistiram um maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho e em espaços de decisão política, também nas Igrejas cristãs e outras comunidades religiosas. Porém, também é um fato que a subordinação de gênero permanece uma marca das gerontocracias patriarcais androcêntricas, ou seja, a quase totalidade das sociedades na comunidade mundial. É um imperativo prático que as Igrejas cristãs e comunidades religiosas implementem ações que alterem substancialmente tal estado de coisas. Não apenas incentivando a participação das mulheres, senão alterando as relações de gênero existentes na sociedade, implementando a justiça de gênero.

- **Combater a homofobia e todas as discriminações baseadas no sexismo** – Os dados sobre a violência radicada na homofobia e no sexismo são ainda muito esparsos e rarefeitos. Entretanto, segundo o grupo gay da Bahia, em 2008 foram documentados 190 assassinatos de homossexuais no Brasil, o que representou um aumento de 55% em relação ao ano anterior. Reconhece-se que existem homicídios causados por ódio aos homossexuais, bem como várias modalidades de discriminações que afetam sua integração no mundo do trabalho, nos ambientes religiosos e nas diferentes

esferas comunitárias. Uma das preocupações mais emergentes é sobre o conceito de unidade familiar (família), o cuidado com os filhos. Sobre todos estes aspectos as Igrejas e as comunidades religiosas são compelidas a identificar e rejeitar todas as formas de manifestação de homofobia, até mesmo, e sobretudo, no interior destas mesmas agremiações.

- **Combater todas as formas de racismo** – A diversidade cultural permanece sendo considerada uma novidade. A identificação do multiculturalismo e a necessidade de relações interculturais libertadoras ainda é uma ação a ser desenvolvida, em especial pelas Igrejas cristãs e as outras comunidades religiosas. É necessário contribuir para a implementação de políticas e planos nacionais de combate ao racismo. Seguir e implementar as recomendações da Unesco, dentre as quais coletar, comparar e disseminar boas práticas no combate ao racismo, discriminação, incluindo a discriminação contra portadores de HIV/Aids, xenofobia e intolerância.

- **Promover a liberdade religiosa** – Nossas sociedades cada vez mais entendem que o pluralismo religioso é uma realidade. A Reforma abriu um capítulo fundamental no modo pelo qual a experiência religiosa deveria ser compartilhada em sociedades plurais: por meio do entendimento mútuo. É verdade que, também por meio dela, muita violência em nome de Deus foi cometida. Entretanto, segue como um desafio a promoção de uma sociedade na qual a afirmação da fé, seja qual for, não se torne um apelo à violência contra as pessoas. Ao contrário, a afirmação da fé deve ser um elemento de abertura aos diferentes modos pelos quais ela pode ser afirmada. Como diz o teólogo John Hick, no que tange à salvação, todas as religiões são iguais; no que tange à capacidade de melhorar ou piorar os seres humanos, nenhuma religião confere uma contribuição mais relevante que outra. O desafio, pois, é a construção de condições de convivência, respeito e irmandade entre pessoas e grupos de diferentes formas de afirmação da fé. Isso é confirmado pela perspectiva que anima o movimento ecumênico nos últimos 150 anos, a saber, construir unidade na diversidade.

• **Promover os direitos humanos** – Na tradição latino-americana a afirmação dos direitos humanos é o reconhecimento fundamental do direito de todas e todos, a partir dos direitos dos pobres. A desigualdade é a maior violação de direitos existente. Ela é fruto da injustiça. E não há direito sem justiça. Por isso, a promoção dos direitos humanos se dá em meio à construção das ações realizadas pelos movimentos sociais para a superação dos mecanismos geradores da desigualdade social. Direitos humanos é direito de todas e todos, têm que ser compreendidos em sua integralidade. São direitos de construção da vida democrática e do Estado de Direito. São direitos de cidadania, direitos de ter uma cidade na qual todas e todos possam viver bem, com moradia digna, saneamento básico e água potável. São direitos de acesso ao trabalho e aos seus frutos, direito a um sistema de saúde público e de qualidade. São direitos a afirmação da identidade cultural e o reconhecimento das diferenças. Em especial, deve ser dada atenção aos direitos das comunidades tradicionais, dentre as quais as comunidades negras tradicionais e as comunidades camponesas. São direitos a um meio ambiente que esteja protegido dos desmandos da lógica sistêmica autofágica e autodestruidora. Enfim, trata-se da promoção dos direitos humanos em toda a sua extensão e compreensão, como direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

• **Promover a superação de todas as formas de violência** – Na tradição latino-americana ainda está acesa a dívida histórica da reparação do direito das vítimas dos regimes ditatoriais que se implantaram há 40 anos, e já há 20 foram suprimidos. Uma das heranças do entulho autoritário foi a mescla de um sistema de segurança pública, baseado na criminalização da pobreza, e até dos movimentos sociais que lutam por justiça, e da construção do estigma das classes perigosas. Junta-se a isso os mecanismos sociais que sustentam redes sociais criminosas, nas quais se traficam, dentre outras coisas, armas, pessoas e substâncias psicotrópicas qualificadas como ilícitas. Essas redes sociais têm uma verticalidade e uma dispersão que torna ainda mais difícil o controle social para debelá-las.

Esse estado de coisas é ainda retroalimentado por uma cultura midiática da violência, que promove a violência como estética e como lazer. Isso também retroalimenta e reforça o autoritarismo intrafamiliar e a violência doméstica. Ou seja, há diversas ordens de violência, com diferentes graus de letalidade, e que demandam diferentes abordagens, enfrentamentos e superações. É necessário que as Igrejas cristãs e as comunidades religiosas, a partir de suas diferentes vivências da fé, contribuam ainda mais para a superação de todas as formas de violência.

• **Promover uma espiritualidade da justiça, da paz e da integridade da criação** – As comunidades de fé podem favorecer à mutualidade nas relações. Elas respondem ao oco de transcendência que nos faz ser quem somos. Nossa identidade, como participantes da comunidade humana, está vinculada à nossa abertura ao Eterno. Nossos compromissos dependem de nossa vida espiritual. A vida espiritual é afirmada por meio do conjunto de valores que tornam o nosso cotidiano sagrado. É por meio do cuidado com cada pessoa, conosco e com a Terra que afirmamos essa sacralidade. Trata-se de uma espiritualidade do cuidar com; pela qual podemos buscar a justiça, a paz e a integridade da criação. Cada pessoa é a imagem do rosto da Eternidade que irrompe em nossa imanência cotidiana. Esses valores nos permitem conjugar esforços para a afirmação da justiça, em todas as relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais. Podemos realizar a paz, que é ela mesma fruto da justiça. A paz não pode se confundir com a inexistência de conflitos, senão reconhecida como a sabedoria de fazer emergir uma convivência harmoniosa por meio da superação de toda intolerância, e da promoção de uma vida solidária e aberta à reconciliação. Uma espiritualidade como essa nos permitirá reconhecer no meio ambiente, na Terra, com toda a exuberância de seus ecossistemas e seus diferentes biomas, a nossa irmã e Mãe, reflexo do Eterno que se transborda em vida que gera vida. E, por meio de tal vivência espiritual, nos faremos capazes de ser irmãs e irmãos, filhas e filhos do Divino, filhos e filhas da Terra, de quem devemos cuidar.

## Participantes

### Ana Gualberto

KOINONIA Presença  
Ecumênica e Serviço  
Rio de Janeiro

### André Luiz Videira

Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ  
Rio de Janeiro

### Andréa Carvalho de Oliveira

KOINONIA Presença  
Ecumênica e Serviço  
Rio de Janeiro

### Anivaldo Padilha

KOINONIA Presença  
Ecumênica e Serviço  
São Paulo

### Bacar Queta

Estagiário do Programa Saúde e Direitos - KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço  
Guiné-Bissau

### Bispo Almir dos Santos

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil  
Goiânia

### Bispo Emérito Paulo

Ayres Mattos  
KOINONIA Presença  
Ecumênica e Serviço e  
Igreja Metodista  
São Paulo

### Bispo Primaz

Maurício Andrade  
Igreja Episcopal  
Anglicana do Brasil  
São Paulo

### Daniel Souza

Rede Ecumênica da  
Juventude (Reju)  
São Paulo

### Darli Alves de Souza

Conselho Latino Americano de Igrejas do Brasil - Clai Brasil  
São Paulo

### Dóris Bertolino

Igreja Assembleia de Deus de Pindamonhangaba e multiplicadora do Programa Saúde e Direitos - KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço  
São Paulo

### Eliana Rolemberg

Coordenadoria Ecumênica de Serviço Cese  
Bahia

### Ely Eser Barreto César

Universidade Metodista de Piracicaba  
São Paulo

### Ester Leite Lisboa

KOINONIA Presença  
Ecumênica e Serviço  
São Paulo

### Gabriela Silva Leite

Prostituição, Direitos, Cívica e Saúde - Davida  
Rio de Janeiro

### Ialorixá Jaciara

Ribeiro dos Santos  
Terreiro Abassá de Ogun  
Bahia

### Ideraldo Beltrame

Ministro leigo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e multiplicador do Programa Saúde e Direitos - KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço  
São Paulo

### Jorge Atilio Silva

Iulianelli  
KOINONIA Presença  
Ecumênica e Serviço  
Rio de Janeiro

### José Maurício Arruti

KOINONIA Presença  
Ecumênica e Serviço e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro

### Jussara Cristina

Vasconcelos Rêgo  
KOINONIA Presença  
Ecumênica e Serviço  
Bahia

### Laila Bertolino

Igreja Assembleia de Deus de Pindamonhangaba e multiplicadora do Programa Saúde e Direitos - KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço



**Luciano Alves de Carvalho**

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço Rio de Janeiro

**Mara Luz**

Christian Aid São Paulo

**Marc Storms**

Webmaster do Portal Ecumênico Latino Americano e Caribe São Paulo

**Márcia Evangelista**

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço Rio de Janeiro

**Marilia Schüller**

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e Missionária da Igreja Metodista Unida dos EUA Rio de Janeiro

**Miguel Ginard**

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço Rio de Janeiro

**Nadir de Souza**

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço Rio de Janeiro

**Pr. José Adriano Filho**

Professor de Novo Testamento Seminário Reverendo Antonio de Godoy Sobrinho da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil Paraná

**Pastor Paulo Roberto Garcia**

Faculdade de Teologia da Igreja Metodista São Paulo

**Pastor Sérgio Marcus Pinto Lopes**

Igreja Metodista do Brasil São Paulo

**Pastor Zwinglio Dias**

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e Universidade Federal de Juiz de Fora Minas de Gerais

**Pastora Rosa Marga Rothe**

Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil Pará

**Rafael Soares de Oliveira**

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e Ogã do Terreiro da Casa Branca, Salvador - Bahia Rio de Janeiro

**Reverenda Cibele Kuss**

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil Pará

**Reverendo Ervino Schimidt**

Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil Rio Grande do Sul

**Risonha Freire dos Santos**

Pólo Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco Pernambuco

**Solange Simonato**

Voluntária de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço Rio de Janeiro

**Taís de Fátima Moretti**

Multiplicadora do Programa Saúde e Direitos - KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço São Paulo

**Yara Monteiro**

Núcleo de Investigação em Memória da Saúde do Instituto de Saúde de São Paulo São Paulo

## **Cronologia: 15 Anos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço**

**1994 - 1997**

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço nasce da multiplicação do Cedi - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, com trinta anos acumulados de história. Uma história que nos remete ao tempo em que a Igreja e Sociedade na América Latina (Isal) desafiava as Igrejas latino-americanas a uma prática de unidade comprometida com a luta pela vida. Deste processo criou-se o CEI e depois o Cedi, sob muita perseguição e turbulência, e se procurou garantir a contribuição ecumênica na luta por justiça e pela reconstrução da democracia.

Criada em 1994, KOINONIA convocou a Primeira Jornada Ecumênica, lançando entre minorias esperançosas de responder aos desafios da realidade, a partir de seus compromissos de fé, a oportunidade de debater uma agenda para o futuro. Foram 400 pessoas de diferentes crenças, de todos os estados do Brasil, de países da América Latina e Europa debatendo as perspectivas diante de um mundo em processo de globalização, desumana e excludente.

A partir de 1995, Koinonia busca responder àquela agenda apontada pela Jornada Ecumênica, fazendo dela a pauta do processo de nossa implantação institucional até 1997.

Foram anos de enfrentamento do tema da dívida externa, de solidariedade com os camponeses atingidos com a barragem de Itaparica, de estabelecimento de novos planos de formação ecumênica, reconhecendo a lacuna ecumênica quanto ao diálogo inter-religioso, e de desenvolvimento de novas estratégias de comunicação.

O tempo vislumbrado era de recrudescimento do capitalismo de mercado, cuja idolatria divinizada merecia denúncias de todas as formas possíveis para o que as alianças ecumênicas

se fizeram fundamentais: nacionais, latino-americanas e internacionais.

Em resumo, nosso desafio inicial foi duplo. Fazer da agenda levantada por militantes ecumênicos pela democracia uma realidade de serviço. E estabelecer um perfil de intervenção que fosse ao mesmo tempo de base e reflexiva, local e internacional, transformadora e educativa. Assim nasce de KOINONIA a intervenção refletida como ação cultural: a solidariedade resultante de compromissos comunitários e éticos, a produção de conhecimento e comunicação como expressão de exemplaridade das práticas locais e de desafios para o Brasil e o mundo... Ação cultural que vai nortear as práticas e constituir a instituição que KOINONIA se tornou.

### 1998 - 2000

Período de consolidação e de criar-ação. Procuramos orientar nossa prática a partir de situações-limite da conjuntura. Momento de afirmação da nossa fé: fé no ser humano, na esperança, no amor-serviço. Reconhecemos como situações-limite desafios imperiosos, tais como a necessidade de diálogo para romper com a lógica da intolerância; a centralidade do trabalho humano para a vida social e a denúncia do modelo econômico gerador do desemprego e de precárias condições de trabalho; a afirmação intransigente da dignidade humana e dos direitos humanos; o papel formativo da ética da solidariedade e gratuidade ao invés do reforço à crise moral e política; o reconhecimento e a denúncia da perversão dos símbolos da vida.

A partir desses horizontes organizamos nossas ações para estimular a esperança. Das ações de minorias marginalizadas até a construção do movimento anti-globalização, que desembocou no Fórum Social Mundial. Dos que enfrentam o crescimento das intolerâncias religiosas, sexuais, sexistas; problemas que inspiram mais e mais ecumenismo e diálogo.

Na contramão do pensamento único do modelo financista neoliberal de Fernando Henrique, sustentou-se a esperança que a mobilização e as lutas de resistência permitiram manter acesa, como a sarça que ainda fumeja.

Por tal contexto KOINONIA orientou os projetos e as ações em favor de mais poder: para as minorias que querem diálogos e o ecumenismo; para os jovens e sindicalistas no Submédio São Francisco; para os grupos das Igrejas dispostos a auxiliar no combate à epidemia do HIV em São Paulo; para os negros reunidos como quilombolas no Rio de Janeiro e Espírito Santo; e para as comunidades negras de candomblé; a construção de laudos antropológicos e outros serviços para comunidades remanescentes de quilombos; a reformulação de uma metodologia de formação ecumênica para os grupos de base e educadores teológicos; a implementação de ações solidárias com soropositivos HIV/AIDS a partir das comunidades eclesiais protestantes históricas, atingindo também católicos e pentecostais.

### 2001 - 2003

No período de 2001 a 2003 ganhou prioridade nosso desenvolvimento institucional, isto é, o aperfeiçoamento do trinômio “planejamento - monitoramento - avaliação”, como forma de maximizar recursos e ampliar o alcance e a eficácia dos serviços prestados aos nossos diversos públicos.

Com isso, internamente passamos a trabalhar com planejamentos trienais e, externamente, ampliamos nossos contatos em duas direções. Em uma, passamos a integrar, com o objetivo de apoiar ou consolidar redes, tanto dos setores populares, quanto de instituições afins. Em outra, buscamos formas de ampliar e dar maior visibilidade à contribuição ecumênica nacional e internacional ao processo social brasileiro.

Duas dessas redes populares estão diretamente relacionadas à definição dos objetivos do Projeto Egbé Territórios Negros e

dizem respeito às comunidades remanescentes de quilombos, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, e às comunidades de candomblé, em Salvador, Bahia. Nesse caso, o triênio consolidou a preocupação com a promoção dos direitos fundiários, culturais, sociais, econômicos e ambientais dessas comunidades tanto por meio da capacitação dos atores locais quanto pela sensibilização das autoridades com alguma competência sobre elas. Em síntese, o projeto consolidou-se como instrumento de empoderamento e advocacy das comunidades afrodescendentes.

A rede de instituições parceiras e a ampliação da reflexão sobre o ecumenismo estiveram, nesse triênio, refletidas mais explicitamente no projeto Educação para o Diálogo e a Solidariedade, que respondendo a diversas demandas de parceiros, desenvolveu ou apoiou cursos, seminários, encontros e palestras com o objetivo de formação sobre o tema.

A mudança de metodologia, decorrente do processo de fortalecimento institucional, teve um efeito direto sobre o projeto Aids e Igrejas. Nesse caso, as avaliações internas realizadas no início deste triênio nos levaram a, depois de ter conseguido sensibilizar uma ampla gama de lideranças religiosas nacionais e regionais, concentrar suas atividades no Vale do Paraíba do estado de São Paulo, com o objetivo de aprofundar relações e efeitos. Com isso, ao final do triênio já era possível ter a segurança de metodologia e de conteúdos necessários à ampliação do trabalho local, também sobre os públicos dos outros projetos, como as comunidades quilombolas, de terreiros de candomblé e de trabalhadores rurais do submédio São Francisco.

A reestruturação metodológica teve efeito semelhante sobre o projeto Cultura e Desenvolvimento, que também buscou aprofundar seus efeitos por meio da concentração em determinado público e em determinado tema. Com isso ele ganhou duas ênfases. Uma é o trabalho de assessoria político pedagógica com juventude rural, que passou a enfatizar a discussão sobre a identidade dessa juventude baseando-a na memória

das lutas sociais da região, com vistas à elaboração de projetos de futuro. Outra é, no mesmo contexto, o trabalho de investigação sobre o plantio de drogas ilícitas, que tanto impacto vem tendo sobre essa mesma juventude e suas famílias. Nesse caso, ganhou relevância a promoção de redes de pesquisadores e de apoio político aos camponeses, no sentido de promover sua descriminalização, também como ação de advocacy.

Toda a experiência acumulada com tais mudanças metodológicas e com o aprofundamento dos trabalhos desenvolvidos motivou KOINONIA a propor o encerramento do triênio com a elaboração de um Planejamento Estratégico Participativo, cujos resultados passaram a pautar os trabalhos da instituição a partir de 2004.

## 2004-2009

O Plano Estratégico (2004 a 2009) impulsionou a instituição a um novo patamar. Foram anos de conquistas e presenças sociais em que KOINONIA se envolveu, por sua incidência pública ampliada pelos novos meios de comunicação (internet) e por conexões com diversos parceiros, tanto Ecumênicos como da Sociedade Civil em geral. O potencial da Documentação se ampliou e seus serviços assessoraram diretamente comunidades, valorizando a memória local.

KOINONIA logrou alcançar centenas de milhares com o livro “Aids e Igrejas - Um convite a ação”, reforçando-se como referência em torno do tema Saúde e Direitos, não só no Brasil como internacionalmente. Foi também nesse período que uma maior diversidade de público foi alcançada pelo tema HIV/Aids, bem como pelas temáticas da superação dos preconceitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

A superação da intolerância religiosa, tema chave nas contribuições de KOINONIA à sociedade em períodos anteriores, apoiou-se desde 2004 no crescimento do movimento social

pela liberdade religiosa, especialmente em favor das religiões de matrizes africanas em todo o País. Caminhadas, processos e reconhecimento pelo Estado marcam uma nova era para as comunidades, antes só visíveis aos olhos do racismo.

As juventudes rurais organizaram-se no Nordeste brasileiro em centenas de grupos, assumindo, por vezes, sua própria formação e protagonismo, até mesmo na formulação de políticas federais para a juventude camponesa. Na mesma região, jovens são assassinados por envolvimento no plantio de drogas consideradas ilícitas e a defesa de seus direitos é uma questão nacional e internacional.

Na contramão de políticas ambíguas governamentais - que cedem em recursos sociais e evitam o reconhecimento do direito à terra e território -, KOINONIA segue apoiando as comunidades negras rurais, por vezes com denúncias até em âmbito internacional.

O desafio da solidariedade ecumênica cresceu e os elos necessários se interpuseram no caminho do fortalecimento de fóruns e redes, tais como o FE Brasil e o FE Sulamericano - partes da aliança internacional entre toda a família ecumênica em formação até 2010: a ACT Aliança.

KOINONIA tem feito parte desses processos e quer continuar Presença Ecumênica e Serviço, no sonho por um outro mundo possível.

## Referências Bibliográficas

BÍBLIA sagrada na linguagem de hoje. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.

BOCK, Carlos Alberto. **O Ecumenismo Eclesiástico em Debate: Uma Análise a partir da Proposta Ecumênica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)**, 1995.

BOSH, Juan. **Para compreender o ecumenismo**. São Paulo: Loyola, p.9-10.

DIAS, Zwinglio; TEIXEIRA, Faustino. **Ecumenismo e Diálogo Interreligioso: a arte do possível**. São Paulo: Santuário, 2008.

SANTA ANA, Julio. **Ecumenismo e libertação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987, p. 18.

SANTOS, B Souza. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade” In: SANTOS, B Souza. (org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.

T HOOFT, Willem Visser. The Mandate of the Ecumenical Movement In: KINNAMON, Michael; COPE, Brian (eds). **The Ecumenical Movement: an anathology of key texts and voices**. Geneva: WCC, 1997. p. 40.

WALLERSTEIN, I. **The demise of neoliberal globalization**. Disponível em: <http://www.monthlyreview.org/mrzine/wallerstein010208.html>, acessado em 3 de nov. de 2009